

EMIGRAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO CULTURAL A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Olívio Manfroi

I – A COLONIZAÇÃO E O CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX

O centenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul,¹ celebrado nesse ano de 1975, propiciou um estudo mais objetivo e aprofundado desse fenômeno histórico e social que, sob muitos aspectos, representa uma experiência rara, quase de laboratório, em matéria de aculturação.²

Para compreender o relativo sucesso dessa colonização e o fenômeno da aculturação dos imigrantes, é necessário analisar o contexto econômico e político da época.

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 marca o início da revolução social que levou o país à sua independência política e econômica. Todo o século XIX foi marcado por este esforço de formação da sociedade nacional, após três séculos de submissão colonial. A passagem foi lenta e difícil, pois a herança do estatuto colonial condicionava todas as estruturas sócio-econômicas da nação.

Diante da precária situação política de seu reino, invadido pelas tropas de Napoleão, D. João VI decidira oferecer ao Brasil a autonomia que até então havia sido recusada. O decreto de 25 de novembro de 1808, autorizando os estrangeiros residentes no Brasil a tornarem-se proprietários de terras nas mesmas condições que os filhos do Reino, constitui um dos marcos importantes dessa revolução social. O Brasil permanecera, até esta data, domínio exclusivo dos portugueses que velavam ciosamente sobre o mundo que haviam criado para si. Os nativos e os escravos africanos obedeciam às leis do conquistador que as circunstâncias históricas transformaram em agricultor.

O sistema colonial português, baseado na exploração agrícola extensiva de produtos para a exportação, satisfaz inteiramente os interesses da Metrópole, mas privou o Brasil das bases necessárias à sua autonomia. D. João VI compreendeu que o futuro de seu Reino dependia da transformação do Brasil Colônia em um império autônomo e independente.

Para atingir tal objetivo, o Brasil precisava contar com uma nova estrutura, com nova mentalidade e com novos elementos. A imigração de colonos europeus não-portugueses representava a solução ideal. A generalização da pequena propriedade, explorada por trabalhadores livres, deveria permitir, segundo pensamento político liberal de D. João VI, a instauração de uma nova ordem social.

O Príncipe não se limitou ao decreto de 25 de novembro de 1808. Iniciou uma verdadeira política de imigração para atrair trabalhadores europeus.

Através dos imigrantes europeus, o governo se propunha:

- Instaurar uma agricultura subsidiária, explorada por homens livres e sob o regime da pequena propriedade.
- Aumentar a população do país a fim de favorecer a implantação da indústria, do comércio, etc.
- Formar um exército capaz de garantir a segurança interna, e servir à política expansionista nas províncias cisplatinas.
- Preparar a abolição do tráfico de escravos.
- Criar uma classe média, formada de homens livres.³

Para realizar essas metas, o governo prometia a todos os colonos europeus que quisessem se estabelecer no Brasil: o transporte gratuito, a concessão de um lote rural e os instrumentos necessários para o trabalho, sementes, uma ajuda financeira durante os primeiros tempos, assistência médica, religiosa e outras vantagens. O recrutamento de imigrantes na Europa era feito através de agentes do governo que assinavam um contrato com todos aqueles que aceitassem as referidas proposições. Durante esse tempo, os agrônomos dividiam em lotes rurais as terras destinadas à colonização.

A primeira experiência de colonização dirigida pelo governo foi a de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Com efeito, em 1819, 1.790 suíços foram introduzidos nessa colônia, segundo as cláusulas acima descritas. Mas, esta primeira experiência de colonização européia não obteve o sucesso esperado por seus promotores. As péssimas condições de transporte marítimo, o não cumprimento das cláusulas do contrato por parte do governo, a incompetência dos administradores da colônia e, sobretudo, a má localização das terras, contribuíram para o fracasso dessa primeira tentativa de colonização européia. Foi considerada muito onerosa e pouco vantajosa. Outras experiências que foram feitas durante a permanência da Corte no Brasil tiveram mais importância pela intenção do que pelo resultado.⁴

A partida do Rei para Portugal em 1821, e a independência política do Brasil em 1822, não alterou a orientação política de colonização, pois o Imperador D. Pedro I se interessou pela continuação da experiência tentada por seu pai.⁵

A fundação da colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, foi a obra mais importante do governo imperial em matéria de colonização européia. Com efeito, de 1824 a 1930, o governo introduziu 5.350 imigrantes recrutados na Alemanha pelo agente do governo, o Major Schaeffer.⁶

Para os atrair mais facilmente, Schaeffer lhes ofereceu condições extremamente favoráveis: os colonos viajariam às custas do governo brasileiro, seriam imediatamente naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam gratuitamente 160.000 braças quadradas (75 hectares) por família, cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano, receberiam uma ajuda, em dinheiro, de um franco por cabeça e de 50 centimos durante o segundo ano; enfim, eles seriam isentos de impostos e do serviço militar durante dez anos.

Ora, a própria Constituição do Império se opunha à concessão imediata e automática da nacionalidade brasileira e proclamava a religião católica, religião do Estado. Assim, as duas cláusulas que lhe eram contrárias desapareceram dos contratos concluídos a partir de 1827.⁷

Esta nova política de colonização apresentava um caráter revolucionário e, por isso mesmo, julgado contrário aos interesses da ordem social colonial, alicerçada no latifúndio e no trabalho escravo. A grande lavoura exigia a perpetuação das estruturas do mundo colonial, principalmente da escravidão, e se opunha à nova política oficial. A preservação da mão-de-obra serviu para garantir o funcionamento da grande propriedade, que era a única meta dos conservadores.

Esses elementos conservadores, ligados à grande propriedade, que após a abdicação do Imperador, em 1831, erigiram-se em classe dominante, suspenderam os auxílios em favor da colonização e da imigração européia, concentrando sua luta na manutenção de escravos africanos contra as exigências da Inglaterra. Essa luta se prolongou até o ano de 1850, quando, enfim, o Brasil viu-se na contingência de abolir definitivamente o tráfico.⁸ Durante todo esse período, a colonização foi entregue à administração das províncias que não dispunham de meios e nem de experiência para tal empreendimento.

A abolição do tráfico, principal fonte de alimentação da escravidão, coincidiu com o início da grande expansão cafeeira do século XIX. Os acontecimentos políticos e sociais obedeciam aos interesses desse novo soberano da economia brasileira. São Paulo, o grande produtor de café, tornou-se o centro político e econômico do país.⁹ Essa nova situação provocou uma mudança nas perspectivas dos grandes proprietários. Diante da ameaça da falta de mão-de-obra nas plantações de café, eles voltaram-se para a política de colonização e imigração, recuperando-a para seus próprios interesses. Liderados pelo Senador Nicolau Vergueiro, incentivados e ajudados pelo governo, alguns fazendeiros de café de São Paulo promoveram a imigração de colonos europeus para trabalhar nas suas plantações.¹⁰ O contrato assinado entre o colono e o fazendeiro, conhecido como contrato de parceria, fundava-se na divisão do trabalho e não da propriedade. O latifúndio e a fazenda eram conservados, dividindo-se apenas as tarefas.¹¹ Esse contrato de parceria prestava-se, na realidade, a uma série de arbitrariedades que provinham do caráter ambíguo de certas cláusulas. A remuneração era dada em função do valor do produto no mercado, e não em função da produção ou do trabalho. A venda do produto no mercado era feita pelo proprietário, sem o mínimo controle dos trabalhadores que deveriam receber a metade do lucro líquido de sua produção. Foi essa uma das maiores fontes de arbitrariedades e, em consequência, de discórdias entre os colonos e os fazendeiros.¹²

Na maioria dos casos, os colonos contraíam uma tal dívida com o fazendeiro, de quem dependiam financeiramente para todos os fins, a ponto de ficarem reduzidos à condição de escravos. Ademais, a presença de trabalhadores livres e de escravos na mesma propriedade, sujeitos a uma única administração, criava uma confusão entre os direitos de uns e os deveres de outros. Para evitar esses mal-entendidos, os proprietários separaram as moradias dos colonos europeus das dos escravos, bem como o trabalho de parceria do trabalho dos escravos.¹³

Essa separação da habitação e do trabalho não suprimiu, porém, a ambigüidade criada pela coexistência de trabalhadores livres e de escravos, todos sujeitos à administração centralizada dos fazendeiros que, "criados no meio de escravos, inconscientemente, reduziam tudo a esse sistema de trabalho por causa de seus hábitos intelectuais, mentais e sociais".¹⁴

Com o crescimento desse tipo de colônias e o aumento de trabalhadores sujeitos a tal contrato, nasceram as queixas e reclamações. Os colonos queixando-se dos abusos cometidos pelos proprietários que aumentavam arbitrariamente as suas dívidas, reduzindo-os à condição de escravos sem liberdade para sair; por outro lado, os proprietários queixavam-se do trabalho e, às vezes, da má qualidade dos imigrantes.

As críticas dos colonos chegaram à Europa e provocaram uma reação desfavorável à imigração para o Brasil: "o governo imperial promoveu uma comissão de inquérito que concluiu, de fato, pela existência de muitos defeitos, mas prontamente sanados".¹⁵ "O juízo, porém, dessa comissão era de que tais colônias deveriam desaparecer e que deveria ser considerada malograda essa experiência de colonização particular."¹⁶

Os países de imigração, principalmente a Alemanha, começaram a restringir a imigração para o Brasil. O sistema de colonização brasileiro foi considerado por alguns países europeus uma "escravidão camuflada", e os agentes de imigração, "traficantes de carne humana".¹⁷

A situação criada pelos fazendeiros de café, preocupados unicamente com seus interesses imediatos, contrastava profundamente com o projeto inicial de colonização. O primitivo projeto de colonização, ao qual estava subordinada a imigração, transformou-se, assim, num projeto exclusivo de imigração para a grande lavoura. Durante todo o século XIX, a colonização esteve sujeita a essa contradição entre o projeto jurídico-político do trabalho livre em pequenas propriedades e as forças poderosas das estruturas do estatuto colonial. Esta dialética entre a ordem social ideal e a ordem social real acabou deturpando o caráter revolucionário da iniciativa.¹⁸

Após o fracasso dos contratos de parceria e diante da crítica européia, o governo imperial reassumiu a colonização como uma forma de redimir a imagem do Brasil no exterior. Esse relance da colonização visava, acima de tudo, comprovar a liberalidade das leis brasileiras desfazendo, assim, a imagem criada pelos contratos de parceria e que prejudicavam a imigração para o Brasil. Essa colonização-propaganda era, na realidade, uma armadilha, pois, ao Brasil Real interessava, acima de tudo, garantir o ritmo da expansão da indústria cafeeira. Para isso precisava de imigrantes europeus, de vez que os escravos não tinham mais condições para assegurar o trabalho. Ademais, os movimentos abolicionistas, cada dia mais ativos e mais populares, ameaçavam as bases econômicas da estrutura patriarcal. Para garantir essa estrutura econômica, o governo aceitava o risco da colonização mas, como pólos de atração de imigrantes que seriam aproveitados, prioritariamente, nas plantações de café. Assim, a colonização era promovida sempre que as forças produtoras diminuía e suspensa quando as forças produtoras aumentavam.

Essa política de colonização-propaganda para uma imigração preventiva contra a abolição da escravatura não produziu, porém, os efeitos esperados pelas

autoridades. Todos os relatórios oficiais são unânimes em reconhecer o fracasso da política de imigração. "Apesar da liberalidade das instituições políticas, e das facilidades concedidas aos imigrantes, os resultados são quase nulos."¹⁹

As explicações dadas ao Parlamento, pelo Ministério da Agricultura pelo insucesso desta política, eram as mais diversas:

- A "má qualidade de imigrantes" recrutados em todas as camadas sociais por agentes ávidos de dinheiro e que não aplicavam nenhum controle de seleção.
- A oposição injustificada de certos países europeus, sobretudo da Alemanha, contra a emigração para o Brasil.
- A localização desfavorável das colônias, longe dos centros urbanos e comerciais.
- A instabilidade das medidas oficiais em matéria de colonização e imigração.
- A ambigüidade do sistema de contrato, etc.
- Os inconvenientes do sistema de recrutamento.²⁰

Em 1869, Joaquim Antônio Fernandes Leão, Ministro da Agricultura, em seu relatório de 15 de maio, lido diante da Assembléia, esboçou um quadro sombrio dos resultados obtidos pela política de colonização e imigração, confirmando o fracasso total.

Em matéria de imigração e colonização, temos ensaiado todos os sistemas, consumido grossas somas, sem, entretanto, haveremos logrado resolver o problema que mais interessa ao presente e ao futuro do país, principalmente quando urge conservar, no mesmo pé, a não ser possível aumentar, as suas forças produtoras ameaçadas de grande enfraquecimento, se não for com prudência e profundo estudo, dirigida a transformação do trabalho.

A história da imigração, no Brasil, compõe-se de uma longa série de tentativas, todas, mais ou menos abordadas.

Quanto aos meios, experimentamos: a ação direta do governo, a do particular e ambas combinadas. Quanto à forma: a parceria, os núcleos coloniais, como focos de atração, sob base da pequena propriedade, a venda de terras devolutas. Quanto às nacionalidades: os portugueses, alemães, suços, chineses, norte-americanos e os ingleses. Finalmente, quanto aos incentivos: o prêmio, por indivíduo, abonado aos agentes externos, pagamento do preço integral das passagens, diferença deste preço entre os das passagens para o Brasil, e os das passagens para os EE.UU.

Nenhum desses sistemas apresentam resultados satisfatórios, e, a despeito dos pesados sacrifícios que os cofres públicos fizeram em seus ensaios ainda não podemos firmar, na prática, a preferência que qualquer deles deva merecer.²¹

O Ministro propôs, no entanto, que o governo adotasse uma linha política mais coerente e menos instável nessa matéria e que as novas colônias fossem fundadas "nas imensas áreas de terra, que jazem desaproveitadas junto às nossas principais cidades, e ao longo dos meios de transporte mais aperfeiçoados que se conhecem".²²

A 7 de março de 1870, o Ministro da Agricultura, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, diante da Assembléia Geral, confirmou e retraiu o quadro descrito por seu predecessor: Apesar do esforço do governo, da grande soma empregada, da fertilidade do solo, da liberalidade das instituições políticas, das facilidades concedidas aos imigrantes, os resultados são quase nulos. Esperava-se desse esforço, continuou o Ministro, o prêmio da imigração espontânea. Recomeçar tudo de novo para alcançar os mesmos resultados?²³

Somos levados a crer que o sistema, até agora adotado, deve ser repellido como pernicioso ao êxito dos nossos desejos.

Ele sugeriu uma nova política que devia se situar entre o abstencionismo e o protecionismo.²⁵ Mas, na prática, nada de novo foi empreendido. E isso, porque a colonização, como valorização das terras incultas, não era o interesse prioritário do governo.

Em que consistia, pois, o insucesso da colonização, segundo as autoridades brasileiras? Os núcleos coloniais não tinham funcionado como "pólos de atração" de imigração, que deveria assegurar o progresso das "forças produtoras ameaçadas de grande enfraquecimento" pela abolição da escravatura. "Esperava-se, desse esforço, o prêmio da imigração espontânea."²⁶

Em 1870, ano em que o Ministro da Agricultura traçava o referido quadro pessimista, a colonização alemã no Rio Grande do Sul era, sem dúvida, um sucesso tão incontestável que os rio-grandenses já começavam a inquietar-se da importância econômica e social das colônias estrangeiras em seu solo. Todavia, o progresso das colônias não foi considerado, pelas autoridades brasileiras, como um critério de sucesso de colonização. E a julgar pelo abandono, quase total, das colônias logo após sua fundação (o que desenvolveremos mais adiante ao falarmos das colônias italianas) e de sua localização nas regiões florestais, longe dos centros comerciais, poder-se-ia afirmar que o progresso e o desenvolvimento das mesmas não era a preocupação das autoridades imperiais.

O progresso e a prosperidade das colônias deviam nascer da capacidade de trabalho dos colonos e não do apoio do governo. E o argumento do custo da colonização considerado muito alto pelas autoridades e como um gasto inútil e sem razão pelos fazendeiros, não tinha fundamento. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os créditos destinados à colonização, representaram uma porcentagem mínima (5 a 6%) do orçamento anual.²⁷

A introdução e a instalação dos colonos custou, em 1852, a quantia de 45 mil-réis por pessoa, 101 mil-réis em 1867 e entre 1849 e 1852, 1.300.000 mil-réis. Durante o mesmo período, a colônia de Santa Cruz arrecadou, sozinha, três vezes mais em impostos e a de São Leopoldo, trinta vezes mais. A essa

*cifra dever-se-ia acrescentar a entrada do capital pertencente aos imigrantes e calculado a 100 mil-réis para cada pessoa, a valorização das terras e a produção agrícola. Contrariamente ao que se acreditava, a colonização oficial foi rentável.*²⁸

Em 1870, face à paralisia quase total do movimento imigratório no Brasil, o governo não teve outra alternativa senão retomar a colonização.

A campanha em favor da abolição da escravatura tomou, a partir de 1870, tais proporções, que o governo viu-se na contingência de ceder à pressão popular promulgando, em 1871, a Lei do Ventre Livre como um mal menor que lhe permitiria preservar o essencial: a escravidão. Ao mesmo tempo, multiplicou seus esforços em favor da imigração a fim de garantir a mão-de-obra.

*Abolido, em honra do país e da humanidade, o tráfico de africanos, que nos fornecia largo subsídio de braços para o trabalho agrícola, e estanque pela lei de 28 de setembro de 1871, a única fonte de escravidão que nos restava, e de que, aliás, não nos provinha abundante suprimento, urge promover, em larga escala, e com maior solicitude, a imigração européia, para que dentro em pouco tempo não nos falem forças com que se mantenha e se desenvolva nossa mais produtiva indústria, assim como os outros ramos do trabalho nacional.*²⁹

Foi com esse objetivo que o governo imperial relançou sua ação em favor da colonização e imigração européia.

Após ter organizado a propaganda para a imigração, na Alemanha e na Suíça, na Inglaterra e em Portugal, o governo previu a introdução de 350.000 imigrantes. Ele autorizou aos cônsules brasileiros desses países a conceder a passagem gratuita aos imigrantes com destino ao Brasil. Tomou novas disposições para o loteamento das terras públicas e a concessão dos títulos de propriedade aos colonos. Em 1875, ordenou que se medissem todas as terras públicas ainda livres, no Rio Grande do Sul. Instalou uma inspetoria das Terras e da Colonização (Delegação da Inspetoria Geral criada em 1867) e regulamentou diversas questões administrativas. . . .³⁰

Foi neste contexto econômico e político que foram fundadas as colônias italianas no Rio Grande do Sul em 1869. O isolamento dessas colônias, o abandono dos imigrantes e a falta do apoio oficial encontram sua explicação nesta política de forças antagônicas e de interesses ambíguos do governo imperial. As colônias italianas do Rio Grande do Sul foram fundadas e povoadas pelo governo da União no auge do debate político sobre a abolição da escravatura. Elas deviam assegurar, segundo o pensamento político dos dirigentes, o estabelecimento de uma corrente imigratória capaz de suprir o braço escravo, caso a abolição se confirmasse.

Mas, contrariamente ao que afirmam muitos autores, o aumento da imigração verificado nesses anos no Brasil deve-se, acima de tudo, à grave crise econômica italiana e não ao fato da abolição ou às medidas governamentais. A maioria dos imigrantes europeus entrados no Brasil em fins do século XIX eram originários da Itália e vinham à procura de uma terra ou de um trabalho que a conjuntura econômica italiana não podia lhes oferecer.³¹

II – A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL – 1875/1914

Na época da imigração italiana, o Rio Grande do Sul contava com uma população de 434.813 habitantes, assim repartidos geograficamente no vasto território de 266.000 km²: Campanha Meridional 43%, Depressão Central 33%, Planalto 9%, Litoral 8%, Colônias 7%.³² O mapa geográfico da Província, organizado em 1876, confirmava a existência de 1.500 a 2.000 léguas quadradas de terras devolutas. As terras do Alto Uruguai da Fralda da Serra Geral desde o rio Jacuí até o rio Mampituba, estavam ainda livres.³³

A colonização alemã, que precedera a italiana, havia ocupado as planícies dos rios dos Sinos e Caí até os primeiros contrafortes da Serra em Nova Petrópolis e Feliz, Santa Maria da Soledade e Maratá, tendo como principais centros São Leopoldo, Novo Hamburgo e Montenegro. Espalhou-se rapidamente ao longo dos rios navegáveis em direção ao Oeste, evitando a escalada abrupta da Encosta da Serra.

A parte superior da Encosta da Serra, situada entre os Campos de Cima da Serra, ao Norte, e as colônias alemãs ao Sul, estava ainda deserta em 1870. Esta região, coberta por uma densa e impenetrável floresta, formada de vales e montanhas, dividia o RS em dois territórios distintos. Foi esta parte da Província que o governo decidiu colonizar em 1870, e que mais tarde seria chamada: a região colonial italiana.

Em 1870, a União concedeu à Província dois territórios de 16 léguas quadradas cada um, situados na parte superior da Serra, a fim de continuar a colonização.³⁴ Os dois territórios foram denominados: Colônia Conde D'Eu e Colônia Princesa D. Isabel.³⁵ Para povoá-los, a Província firmou um contrato com Caetano Pinto & Irmão e Hotzweissig & Cia. para a introdução de 40.000 colonos europeus.³⁶ Tanto a Província como Caetano Pinto fracassaram em seus compromissos e, em 1875, Conde D'Eu e D. Isabel estavam ainda praticamente desocupados.³⁷ Entre 1875 e 1876, a União reivindicou os dois territórios, assumindo o compromisso de povoá-los. Além disso, fundou outros núcleos, como a Colônia Caxias, Silveira Martins, etc. O povoamento destas regiões foi rápido e surpreendente. Em poucos anos, os terrenos disponíveis foram inteiramente ocupados, com a chegada constante de novos imigrantes e com o movimento expansionista das antigas colônias.

É difícil determinar o número exato de imigrantes italianos que se estabeleceram no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1914. Esta dificuldade procede da escassez e imprecisão das fontes oficiais. As contínuas mudanças políticas no governo da

Provincia e na direção das colônias, a confusão de poderes administrativos e o desinteresse na organização dos arquivos explicam, em parte, as numerosas imprecisões e lacunas acerca de dados da colonização e imigração italiana.³⁸

Ernesto Pellanda estimou em 74.000 o número de imigrantes italianos entrados no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1914.³⁹ Mem de Sá, após minuciosa pesquisa, calculou em 84.000.⁴⁰ A população de origem italiana foi estimada, em 1925, em 250.000 na zona de colonização e em 45.000 nos centros urbanos.⁴¹ D. José Barea estimou em 40.840 o número de famílias de origem italiana existentes no Rio Grande do Sul em 1925.⁴² O relatório da Secretaria de Obras Públicas, baseado no recenseamento de 1920, estimou em 295.000 o número de italianos e seus descendentes residentes no Rio Grande do Sul.⁴³

Apesar de todas as dificuldades que oferece a elaboração de uma cifra exata, pode-se afirmar que o número de imigrantes italianos, estabelecidos no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1914, situa-se entre o mínimo de 74.000 e o máximo de 100.000.

A extraordinária expansão desta colonização e a grande contribuição que trouxe ao desenvolvimento do Estado e à formação do povo gaúcho deve-se ao elevado índice de natalidade das famílias dos imigrantes mais do que ao número, relativamente pequeno, de imigrantes.⁴⁴

III – A VIAGEM DOS IMIGRANTES ITALIANOS

Para compreender o fenômeno migratório do século XIX e, no caso, o da imigração italiana no Rio Grande do Sul, faz-se mister descrever a viagem dos imigrantes que, sob muitos aspectos, pode ser comparada à dos escravos africanos. Os imigrantes italianos do Rio Grande do Sul abandonaram a pátria depois de terem sido por ela abandonados. Eles eram, na sua maioria, os excluídos da sociedade italiana dos fins do século XIX: “roubar ou imigrar”, “morrer ou fugir” – tal era a alternativa que as condições econômicas e sociais da jovem Itália ofereciam aos deserdados da sorte.⁴⁵

Diante dessa dramática situação, as promessas do governo brasileiro e as ilusões do novo Eldorado americano encontraram um eco sem precedentes junto aos milhões de italianos sem esperanças no futuro.

Até 1901 a Itália pouco ou nada fez para proteger esses imigrantes.⁴⁶ Em nome de um certo liberalismo, o governo se abstinha de toda intervenção, visando regulamentar o processo migratório. Ademais, essa hemorragia nacional era considerada por muitos como uma válvula de segurança e dispensava reformas mais profundas das estruturas sociais e econômicas.

A imigração transoceânica representava uma aventura acima das possibilidades individuais da maioria dos imigrantes. Eles não dispunham de meios financeiros e nem de conhecimentos suficientes para tal empreendimento. Por isso, entregavam-se resignados e confiantes nas mãos dos agentes e subagentes de imigração. O aliciamento e o transporte

de imigrantes tornaram-se uma das indústrias mais lucrativas da época; a exploração da miséria e da ignorância dos imigrantes foi implacável e organizada.⁴⁷

Os agentes de imigração não foram, porém, os responsáveis diretos da partida de milhões de italianos – eles contribuíram, sem dúvida, para suscitar uma atmosfera de otimismo e utopia acerca da riqueza do além-mar e chegavam a convencer os indecisos. Mas, a ação dos agentes foi eficaz porque a miséria era grande, e a exploração feita sobre a pobreza e a ignorância foi, muitas vezes, sem escrúpulos e escandalosa.

Os imigrantes italianos, em sua maioria pobres e analfabetos, vendiam o pouco que possuíam, reuniam o que podiam transportar, e partiam, em geral, com toda a família, rumo ao destino que os agentes traçavam. Eram multidões imensas, sujeitas a todas as dificuldades e sofrimentos de uma viagem longa, entregues a um destino que desconheciam.

A primeira etapa da viagem ia da aldeia natal ao porto de embarque. As longas esperas nas estações; a distância e a lentidão dos meios de comunicação da época; o transporte da bagagem em sacos e velhos baús; a presença de crianças, mulheres grávidas, pessoas de idade e a saudade da terra natal, faziam dessa viagem uma dolorosa peregrinação.⁴⁸

Gênova, a porta da esperança, foi o local de embarque da maioria dos imigrantes italianos com destino ao Brasil. Chegavam numerosos, vindos de todas as partes e aí aguardavam, pacientemente, a hora da partida. Invadiam as ruas e praças públicas, oferecendo um espetáculo que duraria mais de trinta anos sob os olhares indiferentes das autoridades. Muitas vezes tinham que esperar semanas, meses, antes de poder embarcar, gastando os poucos recursos de que dispunham.⁴⁹

Toda uma rede de comércio e de especulação, "uma turba de gente suspeita se agitava entre aquele exército da miséria",⁵⁰ contribuindo ainda mais para o aumento da desilusão e desencanto pela Pátria no coração dos que partiam. Os navios que transportavam os imigrantes tinham uma capacidade para 700 pessoas mas transportavam mais de 1000. Não existia refeitório comum, nem as mínimas condições de higiene. Eles foram chamados "I vascelli della morte".⁵¹

Os imigrantes viajavam amontoados, sem espaço, sujeitos a todas as doenças. Aliás, foram as descrições dessas viagens e das condições em que eram realizadas que suscitaram a indignação da opinião pública e um certo interesse oficial pelos problemas da imigração. Edmondo D'Amicis, o escritor que mais do que ninguém sentiu o drama dos imigrantes, assim se exprimiu ao assistir o adeus dos imigrantes:

*Cogli occhi spenti, con le guancie cave,
Pallidi, in atto addolorato e grave,
Sorrregendo le donne affrante e smorte,
Ascendono la nave
Come s'ascende il palco de la morte.*

[.....]

*Vanno, ignari di tutto, ove il porta
La fame, in terre ove altra gente è morta;*

*Come il pezzente cieco e vagabondo
 Erra di porta in porta,
 Essi così vanno di mondo in mondo.*

[.....]

*E ognuno forse sprigionando un grido,
 Si lo potesse, tornerebbe al lido,
 Tornerebbe a morire sopra i nativi
 Monti, nel triste nido
 Dove piangono i suoi vecchi malvivi.*

[.....]

*Addio, fratelli, Addio, turba dolente!
 Vi sia pietoso il cielo e il mare clemente,
 V'allietì il sole il misero viaggio;
 Addio povera gente,
 Datevi pace a fatevi coraggio.
 Stringetevi il nodo dei fraterni affetti,
 Riparate dal freddo i fanciulletti,
 Dividetevi i cenci, i soldi, il pane,
 Sfidate uniti e stretti
 L'imperversar delle sciagure umane.⁵²*

A travessia do oceano, realizada em condições precárias, marcou profundamente os imigrantes italianos. A falta de espaço, higiene, iluminação, a deficiência alimentar, o calor, etc. provocavam numerosas doenças que atingiam, especialmente, as crianças e as pessoas de idade. A maioria dos navios não possuíam serviços médicos. Os casos de morte eram frequentes.⁵³ Sobre o "Pará" surgiu uma epidemia que dizimou 34 pessoas. O navio "Matteo Bruzzo" vagueou durante três meses, afundando cadáveres.⁵⁴ Em quase todos os navios havia dependências para o transporte de animais e isto era uma fonte de doenças.⁵⁵ Os imigrantes eram refratários a toda higiene corporal e, após alguns dias de viagem, o navio tornava-se imundo, obrigando a tripulação a lavar as dependências, o que aumentava a umidade.⁵⁶

Durante a longa travessia do Oceano, ao depauperamento físico dos passageiros, resultante do enjôo, vinham juntar-se doenças contagiosas como o tifo, cólera, bubônica (trazida pelos ratos), angina-pectoris e distúrbios pulmonares, como gripe, pneumonia, devido à umidade, a famigerada 'pelagra' (escorbuto) por falta de verduras e vitamina C na alimentação. Não podia ser outra forma — em barcos abarrotados, com promiscuidade de animais, bagagens, sem ventilação, onde proliferava toda sorte de imundícies (ratos, pulgas, piolhos, moscas e percevejos), o 'Bastimento' virava um grande hospital nauseabundo.⁵⁷

O naufrágio do navio "Sírío", com toda a sua carga humana, não foi esquecido nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. "Sírío"; "la misera squadra per molta gente la misera fin", cantavam os imigrantes na hora de nostalgia.⁵⁸ "Os velhos avós não cansavam de contar aos descendentes as peripécias do mar e um dito ritmado dos mesmos dizia: 'quem não souber por quem rezar, reze por aqueles que estão no mar'. Os sofrimentos da travessia eram lembrados mais do que os outros que sobrevieram depois."⁵⁹ O Inspetor de Colonização, Manoel Maria de Carvalho, após percorrer as colônias italianas do Rio Grande do Sul, escrevia em seu relatório:

É muito freqüente os imigrantes queixarem-se do mau tratamento, falta de espaço e perda de bagagens nos vapores transatlânticos, onde vêm acumulados com os que se dirigem para o Rio da Prata, que são em grande número. Ainda no Rio Grande do Sul e depois de terem gozado de boa hospedagem na Ilha das Flores, recordam-se, com horror, da longa travessia que fizeram nesses vapores, na qual, principalmente as crianças, adquirem enfermidades que as atormentam meses depois de chegarem aos destinos.⁶⁰

Depois de "trenta sei giorni di macchina a vapore" chegavam no porto do Rio de Janeiro. A partir de 1881, o governo brasileiro criara, na Ilha das Flores, um centro de recepção e alojamento dos imigrantes. Neste local, os imigrantes eram medicados das doenças contraídas durante a viagem e aguardavam que um navio da Companhia Nacional de Navegação os conduzisse aos seus respectivos destinos.

Da Ilha das Flores, seguiam para Santos, Paranaguá, Florianópolis, Rio Grande, segundo o lugar que haviam escolhido ou lhes fora imposto. Muitos imigrantes que haviam escolhido as colônias do Rio Grande do Sul, foram levados a São Paulo, longe dos parentes e amigos que os haviam convidado. A viagem do Rio de Janeiro a Porto Alegre durava dez a doze dias, com escala nos portos intermediários. As deficiências dessa viagem eram muitas. "A primeira é proveniente desses vapores conduzirem quase sempre, maior número de imigrantes do que lhes permite sua capacidade, de modo que vão na tolda, como tive ocasião de observar, abrigados do sol e da chuva por simples toldos de lona."⁶¹ Não havia médico nem farmácia a bordo.⁶²

Tive a ocasião de assistir ao embarque de 600 imigrantes que, de São Paulo, deviam seguir para as colônias do RS no mesmo paquete que me transportava. Não é possível fazer mais confusamente o serviço nem tão demorado como foi executado. As bagagens separadas de seus donos, as listas nominais, que têm de acompanhar as expedições porque servem, depois, de documento justificativo para o pagamento à companhia, só foram feitas no momento do embarque e por pessoa estranha ao serviço, ficando os imigrantes, durante longas horas, no cais da cidade, expostos a um sol ardente. Em Paranaguá, teve o comandante de mandar para a terra, na última

*hora, alguns imigrantes que iam para o Paraná, pois, não obstante a demora do pacote, o agente oficial de colonização nesse porto, empregado geral, não veio a bordo por estar em Curitiba e a sociedade de imigração que ali existe, não teve a lembrança de fazer visitar o vapor por nenhum de seus membros.*⁶³

Nem todos os navios da Companhia Nacional seguiam para Porto Alegre, sendo os imigrantes obrigados a baldearem em Rio Grande para o pequeno vapor "Itapuan" que os conduzia até Porto Alegre, "em péssimas condições".⁶⁴

Em Porto Alegre, os imigrantes eram recebidos por um agente oficial de colonização, encarregado da visita ao navio, desembarque dos passageiros e de suas bagagens, fiscalização da alimentação, das listas nominais que deviam ser enviadas aos diretores das colônias e ao pagamento das companhias de transporte e de alimentação, dirigir os colonos para as colônias, organizar o seu transporte, etc.⁶⁵ Todo esse trabalho, realizado por uma única pessoa, "é humanamente impossível por mais ativo e zeloso que seja".⁶⁶ "O resultado é o movimento de imigrantes, como a fiscalização da respectiva despesa pessimamente feita, em Porto Alegre, dando lugar, freqüentemente, a justas reclamações e censuras por parte da imprensa."⁶⁷

O serviço de hospedagem e alimentação dos imigrantes na cidade de Porto Alegre foi sempre deficiente.

*Serve de hospedagem um antigo próprio provincial, mal construído, de acanhadas proporções, sem as necessárias dependências para a cozinha, depósito de bagagens e refeitório, sendo mal arejados e pequenos os dormitórios. Desde que há mais de 100 imigrantes, faltam-lhes completamente acomodações, ficando nas ruas e praças adjacentes, espetáculo contristador e que muito nos compromete.*⁶⁸

Em 1892, sete anos após as críticas acima formuladas pelo Inspetor de colonização, o Cônsul italiano da cidade de Porto Alegre, escrevia: "com o péssimo serviço de imigração entre Rio de Janeiro e este porto, quantas famílias chegam, aqui, num estado miserável! Alguns perderam o pai, outros a mãe e muitos chegam doentes."⁶⁹ O serviço de hospedagem continuava em péssimas condições, como o referia o jornal "L'Italiano" em 17 de janeiro de 1892: o governo federal decidira, enfim, construir um pavilhão para imigrantes, digno da cidade de Porto Alegre, o que merecera, da parte deste jornal, um elogio entusiasta, pois os imigrantes encontrariam um lugar de repouso, antes de recomeçar a longa odisséia que os aguardava.⁷⁰ Mas, a desilusão foi total:

Devemos reconhecer, com tristeza, que nos enganamos, pois não somente os trabalhos foram enviados às calendas gregas e os imigrantes deverão se hospedar ainda, quem sabe por quanto tempo, nos imundos galpões, pois por um fulminante decreto do Ministro da Agricultura, Antônio de Faria, foram dispensados todos os empregados desta Inspeção de terras e colonização, deixando os 2.300 imigrantes chegados com os

vapores Rio Pardo e Rio Parand entregues a si mesmos, às doenças contagiosas que os dizimam. [...] Os dois pequenos vapores, cuja capacidade máxima é de 400 pessoas, aportaram trazendo 1.200 imigrantes cada um, numa viagem que dura dez a doze dias. Os imigrantes chegaram cansados, deprimidos pelos sofrimentos e não é de estranhar que a mortalidade, a bordo e em terra, seja tão elevada, principalmente com o calor que faz. [...] Os fatos mais tristes se sucedem: famílias dizimadas, crianças que choram os pais mortos, pais que choram os filhos perdidos para sempre, maridos que lamentam a perda da mulher, mulheres que lamentam a perda do marido. [...] E pensar que estes infelizes creem que, uma vez chegados na colônia, terminarão os sofrimentos quando lá começarão as maiores dificuldades e a luta pela vida. [...] Não estigmatizamos a obra de ninguém, as palavras são supérfluas e recriminações fizemos até demais; somente nos perguntamos se o Brasil chama imigrantes para povoar a terra ou o cemitério.⁷¹

Pode-se, facilmente, imaginar o espetáculo que ofereciam essas milhares de pessoas, cantadas, tristes, nostálgicas, pobremente vestidas e que invadiam as estações, as ruas, praças e estradas, qual um exército em conquista. Era uma multidão "que quase não sabia de onde vinha, onde se encontrava e para onde se dirigia".⁷² Manifestavam um só desejo, o de chegar o mais cedo possível à colônia, onde poderiam trabalhar, em paz, sobre uma terra que lhes pertenceria, longe de todas aquelas peripécias da viagem. Mas, não podiam imaginar as dificuldades que os aguardavam ainda, antes de gozar de um certo bem-estar e da tão esperada liberdade.

De Porto Alegre, os imigrantes eram dirigidos às colônias de Conde D'Eu, Dona Isabel, Alfredo Chaves. . . Caxias, colônias contíguas e Silveira Martins. A primeira etapa desta viagem era feita por via fluvial sobre pequenas embarcações pertencentes a particulares, que haviam assinado um contrato de transporte com o governo.⁷³

Os que se dirigiam para Conde D'Eu, D. Isabel e Alfredo Chaves, embarcavam em Porto Alegre, "em vapores de pequenas dimensões, faltando espaço para os imigrantes e suas bagagens",⁷⁴ e subiam o rio Caí até a Vila de São João de Montenegro, distante 92 km, onde desembarcavam depois de sete horas de viagem. Nessa vila, "serve de hospedaria uma casa velha, sem cômodos, sendo os imigrantes agasalhados no porão, preferindo, por isso abrigarem-se na praça debaixo de seus chapéus de sol durante os dias em que aguardavam os meios de transporte".⁷⁵

Os que eram destinados a Caxias e colônias contíguas, embarcavam em Porto Alegre em pequenos vapores, e, ainda pelo rio Caí, navegavam até a vila de São Sebastião do Caí, distante 132 km, depois de dez horas de viagem.⁷⁶ A hospedaria dos imigrantes, nessa vila, apresentava as mesmas deficiências que a de São João de Montenegro. "Quer em S. João, quer em S. Sebastião, não se dá alimentação aos imigrantes, o mesmo acontecendo nos demais pontos da Província."⁷⁷

Os imigrantes destinados a Silveira Martins seguiam por via fluvial, até a cidade de Rio Pardo, percorrendo o resto do caminho a pé. A partir de 1885, eram

transportados em pequenas embarcações que subiam o rio Taquari até a estação "Margem", distante sete horas de trajeto de Porto Alegre. Na estação Margem, tomavam o trem Porto Alegre-Uruguaiana, que os conduzia à estação Colônia, distante 247 km numa viagem que durava dez horas.⁷⁸

Os imigrantes queixavam-se, amargamente, do tratamento que recebiam, dos perigos que corriam na viagem e da precariedade dos meios colocados à sua disposição. O transporte terrestre, porém, era ainda mais perigoso, lento e difícil.

De São João de Montenegro, tomavam a estrada denominada Buarque de Macedo que atravessava a Serra em demanda dos Campos de Vacaria, passando pelas sedes Conde D'Eu (64 km), D. Isabel (78 km) e Alfredo Chaves (118 km). O estado desta estrada foi considerado desastroso e mesmo perigoso durante o inverno, pelo Inspetor Manoel Maria de Carvalho, em 1885.⁷⁹ O transporte terrestre dos imigrantes e de suas bagagens era feito, sob contrato, por particulares. Mas, na maioria dos casos, os imigrantes tinham que percorrer a pé, como observara o referido Inspetor: "Continuam a ser transportados, poucas vezes, em carretas e algumas em animais quase chucros, de maneira que, a maior parte faz a pé essas longas travessias."⁸⁰ Além do mais, "o contratante não tem obrigação de agasalhar nem alimentar, em viagem, os imigrantes, o que deve ser adotado quanto antes, pois essas travessias duram, geralmente, três dias".⁸¹

De São Sebastião do Caf a Caxias (66 km), os imigrantes tomavam a estrada denominada Visconde do Rio Branco, nas mesmas condições de abandono e precariedade que a Buarque de Macedo. Os imigrantes passavam pelas mesmas dificuldades que os de Conde D'Eu.⁸²

Esta marcha para o desconhecido, para a mata virgem, através de uma estrada que não era mais do que um corte, de cinco metros de largura, no meio da floresta, marcou profundamente os imigrantes. A floresta virgem, com tudo que ela inspira de solidão e de medo, o estado impraticável da estrada, faziam dessa viagem uma epopéia que os Italianos não estavam preparados para enfrentar. Esta marcha de três dias e três noites, sem abrigo, sem alimentação, sob o sol e a chuva, o frio e o calor, foi feita por indivíduos extenuados pela longa travessia do mar e de rios, alguns doentes, outros marcados pelos sofrimentos físicos e morais. Foi praticada por velhos e crianças, por mulheres grávidas e mães com filhos no colo. Esse trajeto não era um simples caminhar pela mata, mas uma subida da temida Serra Geral através de vales e precipícios. Em três dias de marcha, passavam de dez metros a oitocentos metros de altitude.

Chegados à colônia, os imigrantes deviam esperar a distribuição dos lotes e, às vezes, durante meses, pois o trabalho de loteamento era lento e difícil. Ao termo da longa viagem que o transportara da terra natal à floresta subtropical, o imigrante não podia esconder sua perplexidade e indignação, diante da contradição entre o que ouvira e o que sofrera e via. "Não é justo nem conveniente que, na Corte, se encha o imigrante de carinhos e comodidades, como sucede, para atirá-lo nas províncias em péssimas hospedarias, com má alimentação e viajando, a pé, por extensas e ruins estradas."⁸³

Assim, os imigrantes italianos chegavam à colônia que lhes era designada ou que haviam escolhido, após uma longa e inesquecível viagem, sem conhecer, realmente, o que os esperava e, muitas vezes, nem o sistema colonial ao qual deviam se submeter.

O sistema de colonização adotado pelo governo brasileiro, segundo a lei de 19 de janeiro de 1867, e aplicado nas colônias italianas do Rio Grande do Sul foi, em resumo, o seguinte:

O governo escolhia um território situado nas terras livres, pertencentes ao Estado, e o dividia em colônias, cujas dimensões variavam segundo as circunstâncias e lugares. Assim, no território que a União concedeu à Província, em 1869, para fins de colonização, a colônia Caxias tinha 17 léguas quadradas, Conde D'Eu e D. Isabel tinham 16 léguas quadradas cada uma. Cada légua quadrada era dividida em diversas linhas e as linhas, em lotes rurais. Todo o trabalho de divisão das terras era feito por engenheiros agrônomos, contratados pelas autoridades competentes.³⁴

Cada colônia tinha uma sede central, onde se estabelecia a direção e a administração. A escolha da sede, que mais tarde tornar-se-ia cidade, era feita em função da localização geográfica. Escolhia-se um lugar, em geral no centro da colônia, abatia-se as árvores e dividia-se a superfície em quadras de 100 metros de largo. Algumas dessas quadras eram reservadas como praças e as outras divididas em lotes urbanos de 20 x 50 ou 40 x 60. Esses lotes, alguns eram reservados à administração, Igreja, escolas, etc., e outros eram vendidos aos imigrantes que desejassem se dedicar ao comércio, montar oficinas, pequenas fábricas, artesanato, etc. A sede tornava-se o centro administrativo e comercial da colônia, sem perder seu caráter rural, pois permanecia essencialmente ligada à agricultura. A escolha da sede foi, às vezes, posterior ao início da colonização. Assim, a designação do Campo dos Bugres, futura cidade de Caxias, como sede da colônia, foi feita após terem sido colonizadas as cinco primeiras léguas. O progresso da sede dependia muito das possibilidades de comunicação com os centros comerciais e do progresso da sede dependia o progresso da colônia. Caxias, por exemplo, conheceu um desenvolvimento rápido após a inauguração da estrada de ferro que a ligava diretamente com a capital, em 1910. Até esta data, o progresso foi lento por falta de meios de comunicação. Na maioria dos casos, porém, a sede foi traçada, como um tabuleiro de xadrez, antes do início da colonização e foi povoada muito lentamente, de acordo com o progresso da região. Um missionário capuchinho francês, assim descrevia aos leitores de uma revista francesa, a sede Conde D'Eu:

*Conde D'Eu é uma dessas cidades, que se chamam cidades antes de ser povoadas. Há vinte anos, era uma mata virgem. Quando nós chegamos, em 1896, tinha 40 ou 50 casas, das quais, uma quinzena de material e o resto de madeira. Depois, ela cresceu, consideravelmente. As ruas são largas e bem alinhadas, mas é preciso cortar a madeira para poder circular.*³⁵

A colônia, com sua sede já designada, era dividida em léguas quadradas e, cada légua, em linhas. A linha era um caminho, muito estreito, traçado no meio da floresta virgem, através de todos os acidentes do terreno e que reunia uma montanha à outra, um rio a outro rio, ou dois sinais quaisquer tomados como ponto de partida e como ponto de chegada. Tinha uma extensão de seis a sete quilômetros. À direita e à esquerda deste corredor, que era a linha, dividia-se o terreno em lotes coloniais numerados, de 22 a 25 hectares cada um. O lote tinha a forma de um retângulo alongado, medindo 200 a 250 metros

de frente e 1.000 a 1.250 metros de profundidade. Em princípio, todos os lotes deviam ter água e quando isso não era possível, eram vendidos como "lotes secos", mais baratos.

Os imigrantes construíam suas casas à beira da linha, nos dois lados da estrada. Assim, ao longo da linha, as casas se sucediam, alinhadas paralelamente uma às outras, o que evitava o perigo de isolamento. Os fundos do lote de uma linha tinham, como limites, os fundos do lote da linha paralela, fazendo uma distância de dois quilômetros entre uma linha e outra. Por isso, os contatos se operavam, mais facilmente, entre os habitantes de uma mesma linha.

A linha determinou a estrutura social e a unidade orgânica do povoamento. A sede da colônia era o centro administrativo e comercial, mas foi na própria linha que os imigrantes organizaram sua vida religiosa e social, segundo o modelo de seus vilarejos natais. A mata virgem e a falta de estradas dificultavam o contato com outras linhas e com outras sociedades.

A chegada do imigrante, na linha e no lote que lhe fora designado pelo diretor da colônia ou que havia escolhido em função dos parentes aí estabelecidos, marcava o fim de uma longa viagem, muitas vezes, dramática e sempre inesquecível. Mas, a nova vida que o aguardava: sozinho, abandonado no meio da mata virgem, sem recursos, não se apagará de sua memória. É necessário um esforço de imaginação muito grande para compreender os sentimentos de angústia, de solidão e de medo que invadem os espíritos diante da obscuridade da floresta, do calor causticante do dia e da ameaça confusa da noite. Tudo devia ser conquistado: a terra para o plantio, o espaço, o material para a construção da casa, os instrumentos de trabalho e a comida necessária para a sobrevivência da família.

A maioria dos imigrantes italianos chegaram no Rio Grande do Sul após 1879, data em que o governador suspendeu toda a ajuda em favor dos imigrantes. Esta mudança radical na política de colonização teve efeitos dramáticos na vida dos imigrantes italianos em seus primeiros anos de estabelecimento.

A transição foi tão radical que, atualmente, por mais laborioso e ativo que seja, o imigrante perde muito tempo e desanima, quase sempre, diante das dificuldades e privações que o assobrem nos primeiros anos de estabelecimento por estar completamente abandonado a seus poucos recursos. Só quem percorre, atualmente, as ex-colônias do Estado nessas províncias (1885), pode formar um juízo exato das necessidades de prestar, ao imigrante espontâneo que vem residir entre nós, os auxílios que indiquei. Com efeito, nos novos núcleos que vão se fundando e onde apenas recebem o lote em mato, não encontram os imigrantes socorros médicos nem medicamentos, sendo freqüente morrerem abandonados à míngua do mais insignificante tratamento. Desprovidos como vêm do seu país, de recursos pecuniários e não encontrando, aqui, trabalho, chega a miséria destes infelizes ao ponto de esmolarem para se alimentarem e,

*como várias vezes, também, observei, recorrem aos empregados das comissões até para enterros que precisam fazer.*⁸⁶

Na maioria dos casos, o imigrante italiano recebeu um lote por família, sempre na mata virgem, e que devia ser pago ao governo no prazo de 5 a 10 anos. A concessão de uma ajuda pecuniária para a construção da casa, de instrumentos agrícolas, sementes e outros favores prometidos e indispensáveis nos primeiros anos, foram, praticamente, desconhecidos pelos imigrantes italianos. A única ajuda que subsistiu, e que muito ajudou os colonos, foi o trabalho remunerado, quinze dias por mês, na construção de estradas e caminhos coloniais. Com o dinheiro ganho nesses trabalhos, o colono foi comprando o necessário para o sustento da família e para o trabalho agrícola. Mas, quando este trabalho faltava ou era recusado, como aconteceu em D. Isabel e Conde D'Eu, em 1879, a miséria, a fome e a revolta se instalavam entre a população. Entregues a si mesmos, como náufragos sobre uma ilha, os colonos italianos do Rio Grande do Sul duplicavam sua já extraordinária capacidade de trabalho e, a tal ponto, que no Rio Grande do Sul, o imigrante se tornou o símbolo do trabalho. Isolados de sua pátria de origem, praticamente abandonados pela nova pátria de adoção, sem contato com outras sociedades, os colonos italianos enfrentaram uma situação nova e inesperada. A pobreza, o abandono e a necessidade de sobreviver desenvolveram uma solidariedade compreensível, mas que não substituía o trabalho individual e familiar duro e estafante.

A derrubada da floresta, a construção da casa e o trabalho nas estradas foram as atividades essenciais dos colonos nos primeiros tempos de seu estabelecimento no RS.

O colono precisa de muita coragem, no início.

*Sozinho, no meio da mata, tem que construir, com seus braços uma cabana e providenciar, imediatamente, na primeira colheita. É então que o machado trabalha, derruba as árvores, as esquadra e prepara os barrotes e planchas rudimentares que servirão para construir o primeiro abrigo da família. Depois, queima as árvores derrubadas e planta nesta clareira. No ano seguinte, aumentará o terreno de cultura por uma nova derrubada de floresta. No fim de alguns anos, o colono aperfeiçoou seus instrumentos de trabalho, refez sua casa, fez algumas economias e começa uma vida de bem-estar que lhe fará esquecer os sofrimentos dos primeiros tempos.*⁸⁷

Nessas condições, pode-se imaginar qual foi a luta dos primeiros imigrantes. Tudo faltava nessa frente de trabalho. Para conseguir certos gêneros de primeira necessidade, os colonos deviam enfrentar os maiores dificuldades ou, então, contentar-se com os frutos da natureza.

De dia se trabalhava, com muito medo dos índios, a derrubar um pedaço de mata, a construir um pedaço de casa (assim contava há poucos meses o velho Pedro Tommasi) e de noite, alguém montava a guarda. Os índios, porém, nunca nos molestaram e nem sequer os vimos. Ah! Reverendo, se desde nossa

chegada até o princípio de 1877, quando começaram as primeiras colheitas, não tivéssemos tido os pinhões, não sei como teria terminado. [...] Imagine que para encontrar algum artigo de primeira necessidade, precisava caminhar um dia inteiro para vencer uma distância que, hoje, se faz, comodamente, em duas horas. [...] Nós merecemos, com justiça, o pouco de bem-estar que, hoje, gozamos.⁸⁸

Escrevendo aos leitores da revista "Rosier de Saint François", o Pe. Robert d'Aprieu, um dos capuchinhos que mais trabalhou entre os colonos italianos do Rio Grande do Sul, dizia:

Imaginal-vos a solidão dos colonos nos primeiros tempos. Sem estradas: apenas algumas pistas Norte-Sul e Leste-Oeste, traçadas pelos engenheiros encarregados de dividir os lotes coloniais. Privações sem número desta época em que era necessário viajar a pé, com a bolsa nas costas, às vezes, um dia inteiro, para ir até o moinho a fim de moer um pouco de milho.⁸⁹

As dificuldades iniciais da derrubada e da plantação eram, porém, largamente compensadas pela abundância da colheita.

Os primeiros imigrantes, os viajantes do século XIX, os autores de monografias, os funcionários encarregados das estatísticas oficiais da época, todos celebraram à efusão a extraordinária fertilidade da terra nova do RS. O rendimento era elevado e surpreendente: o milho rendia de 80 a 200 por 1, em média 120 por 1, ao menos nos vinte primeiros anos de cultura na mesma colônia. O feijão preto produzia entre 20 e 50 por 1. O trigo entre 20 e 80. A cevada, 10 a 20. Batatinha, 10 a 20 nos primeiros anos, caindo logo para 4 por 1.⁹⁰

Essa extraordinária fertilidade da terra, após a derrubada da mata, criou nos imigrantes do Rio Grande do Sul a convicção de que as melhores terras para agricultura eram as da mata e foi uma das razões da rápida conquista de todas as regiões florestais ainda desertas. Quando, após as sucessivas queimadas, a fertilidade diminuía, os imigrantes e seus descendentes procuravam além a abundância das terras novas.

Após a alegria da colheita, surgia o problema do transporte da mesma. Os centros comerciais das colônias italianas eram Porto Alegre e o porto de Rio Grande. Os produtos deviam percorrer o mesmo caminho que haviam feito os imigrantes para chegarem em seu lote colonial. Ora, tivemos a ocasião de descrever o estado lamentável das estradas que ligavam as colônias aos portos fluviais mais próximos. Pode-se, dificilmente, imaginar o que representava a venda de produtos ao mercado, para um colono situado nos fundos de uma colônia, perdido no meio do mato. Do fundo de uma linha, o produto era transportado para a sede, da sede para o porto fluvial e do porto à

capital. O único meio de transporte era a carreta, cujo peso nunca passava os 1.500 kg. Tudo isso tornava o transporte lento e custoso. Um saco de trigo, milho ou outro produto colonial, colhido na colônia de Alfredo Chaves, por exemplo, devia percorrer 118 km de carreta, através de uma estrada abandonada e perigosa, para chegar ao porto fluvial de São João de Montenegro. Neste porto, era embarcado em pequenos vapores que percorriam 92 km pelo rio Caí, para chegar a Porto Alegre. Os produtos da colônia Caxias eram transportados ao porto de São Sebastião do Caí a 66 km e, de lá, por embarcações, até Porto Alegre a 132 km. Toda a produção das colônias italianas, até 1910, passava por intermediários, em geral, de origem alemã, instalados nas antigas colônias alemãs. Os numerosos intermediários e a dependência dos comerciantes do Caí e de Montenegro aumentavam o custo do transporte.

IV – A HOMOGENEIDADE CULTURAL DAS COLÔNIAS ITALIANAS

As colônias européias do Rio Grande do Sul viveram, durante muito tempo, isoladas do País dos Gaúchos. Esse isolamento, porém, não foi procurado pelos imigrantes europeus mas imposto pelo sistema de colonização adotado pelo governo. Longe dos centros urbanos e comerciais, sem contato com a vida dos gaúchos, os imigrantes continuaram falando a língua de seu país e a viver segundo suas respectivas tradições e costumes, pois não sentiam a necessidade e nem tinham a ocasião de falar a língua do País que os recebera. Esse isolamento favoreceu a formação de uma homogeneidade cultural, com acentos e graus diferentes, segundo os grupos e as circunstâncias.

Nos primeiros tempos da colonização européia, o governo favoreceu a formação de grupos culturalmente homogêneos para fomentar a solidariedade étnica, dispensando, assim, a ajuda do governo nos primeiros anos de instalação do imigrante.⁹¹ Quando, porém, os imigrantes italianos começaram a chegar ao Rio Grande do Sul, as autoridades rio-grandenses mostravam-se preocupadas pelo perigo político que representava a presença de importantes grupos de estrangeiros falando outra língua e vivendo outras tradições.⁹²

Para diminuir a força política dessas aglomerações estrangeiras, o governo imperial adotou com a colonização italiana modalidades no sistema de fundação de colônias. A primeira medida foi separar as colônias, umas das outras, por terras particulares pertencentes a brasileiros, evitando a formação de grandes aglomerações, como acontecera com os imigrantes alemães.⁹³ Essa disposição, porém, se revelou altamente prejudicial aos imigrantes italianos que ficaram ainda mais isolados, pois a presença de terras particulares não cultivadas, dificultou a abertura de estradas.⁹⁴ A segunda medida adotada pelo governo foi a fundação de colônias mistas. A distribuição de diferentes nacionalidades numa mesma colônia deveria favorecer, segundo as autoridades, uma mais rápida integração dos estrangeiros na vida sócio-cultural do país. Assim, nas antigas colônias italianas, o governo instalara colonos de diversas nacionalidades, mas a predominância numérica do elemento italiano foi tão importante que toda essa região tornou-se, com o tempo, uma área cultural italiana.

Nas novas colônias mistas do Planalto, como Erechim, Ijuí, etc., onde a mistura de etnias foi rigorosamente aplicada, a formação de grupos homogêneos se fez no interior da mesma colônia.

O governo quis impedir a formação de grupos de mesma etnia e distinguiu os lotes em função desta preocupação. Parece, porém, que o projeto não dá resultados positivos, pois os colonos se mostraram refratários a esse sistema e sentem a necessidade de se reunir por etnias, o que permite a solidariedade e a ajuda recíproca, a construção de capelas, etc. A primitiva distribuição dos lotes desapareceu por iniciativa dos próprios colonos que trocaram ou venderam seus lotes respectivos para se estabelecerem junto de seus compatriotas.⁹⁵

A formação de grupos culturalmente homogêneos foi uma reação espontânea dos imigrantes europeus face ao isolamento e ao abandono de que foram vítimas nos primeiros tempos da colonização. A integração e a assimilação do imigrante não podiam resultar, unicamente, de algumas providências isolacionistas que conhecessem a força do patrimônio cultural. A conservação do próprio patrimônio cultural era uma busca ansiosa da própria identidade étnica, face à perplexidade causada pelos traumatismos da imigração.

A assimilação do imigrante italiano à vida dos gaúchos, foi, nessas condições lenta e progressiva. Aliás, a assimilação no sentido de uma absorção dos estrangeiros e seus descendentes pelos nativos, nunca se realizou. Houve, isto sim, uma transformação cultural e social por influência de ambas as partes, o que dá ao Rio Grande do Sul uma característica própria que o diferencia dos demais estados da federação brasileira.

No início da colonização houve, sem dúvida, uma homogeneidade cultural muito forte nas colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul, que permitiu aos imigrantes e seus descendentes organizarem-se social e culturalmente segundo seus costumes e tradições.

Nas colônias alemãs, a escola, a religião, a imprensa e as sociedades foram fatores determinantes da preservação cultural. A conservação da cultura estava intimamente ligada à preservação da fé e da raça. A reação das autoridades brasileiras à homogeneidade cultural alemã teve sua fase mais aguda na segunda guerra mundial, quando tentou-se banir as línguas estrangeiras e fechar as escolas teuto-brasileiras.⁹⁶

Nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, as línguas de origem, costumes e tradições italianas também foram preservadas durante várias gerações. O isolamento, em que viveram os colonos italianos, permitiu essa conservação que dá a toda a região italiana características que a distinguem do restante do Estado.

Os filhos de imigrantes nascidos no Brasil, envolvidos por esse contexto cultural hermético, guardaram a língua e as tradições maternas como uma herança que, não sendo nem discutida e nem contestada, se conservou, quase, em toda a sua integridade. "Os filhos e os netos continuam sendo italianos. E novos centros italianos se formam com a expansão das antigas colônias, sem a contribuição de novos imigrantes."⁹⁷

No Estado de São Paulo, onde a imigração italiana foi bem mais importante, esse fenômeno é praticamente inexistente, pois os imigrantes italianos, empregados nas fazendas de café ou nas cidades, foram submetidos à mobilidade social que favoreceu uma rápida integração.⁹⁸ Os filhos do imigrante renunciaram, facilmente, o patrimônio cultural dos pais, símbolo de uma classe inferiorizada.⁹⁹ Na Argentina, os filhos de imigrantes escondiam sua origem e subestimavam a dos pais.¹⁰⁰

No Rio Grande do Sul, as colônias italianas permaneceram isoladas dos centros luso-brasileiros e os imigrantes e seus descendentes não sentiam constrangimento de sua origem, língua e tradições. O progresso das colônias e o melhoramento dos meios de comunicação tornaram mais fácil e mais freqüente o contato com outras sociedades, sem, por isso, criar uma animosidade ou um conflito cultural de gerações. Certamente essa herança cultural sofreu inúmeras transformações quanto à língua e aos costumes, no contato com a sociedade luso-brasileira. A língua portuguesa tornou-se, pouco a pouco, um símbolo de civilização urbana e de promoção social. O filho de imigrante gozava da mais alta consideração dentro das colônias, quando falava corretamente o português. Mas, os ítalo-brasileiros continuaram, ainda por muito tempo, falando a língua materna e vivendo segundo as tradições natais. Contrariamente ao que aconteceu nas colônias alemãs, os ítalo-brasileiros não se sentiram moralmente obrigados a preservar seu patrimônio cultural. O atraso da penetração do português nas colônias deve-se ao isolamento, à falta de escolas e não teve nenhuma relação com o espírito de italianidade. A escola, a imprensa, e as associações italianas não tiveram a influência esperada pelos propagandistas do nacionalismo. A indiferença dos colonos à causa da italianidade foi clara e manifesta. Eles não conheciam a língua e nem mostraram interesse em aprendê-la.

Os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, todos originários do Norte da Itália, principalmente do Vêneto, não conheciam a língua italiana. Falavam diferentes dialetos em uso nas suas províncias de origem, mais ou menos próximos uns dos outros. O dialeto vênето adquiriu, pouco a pouco, o caráter de língua oficial das colônias.¹⁰¹

Um dos raros jornais de língua italiana que obteve uma certa penetração nas colônias, "Il colono italiano",¹⁰² publicava em suas colunas, artigos, anúncios e mensagens em dialeto vênето. O Pe. Paulino de Alfredo Chaves, capuchinho, filho de imigrante, descreveu nas páginas desse jornal e em dialeto vênето, as aventuras e peripécias de um imigrante italiano que partiu para a América (Rio Grande do Sul) em busca da fortuna. Nanetto Pipetta, o herói dessa aventura de caráter humorístico tornou-se legendário entre os imigrantes e seus descendentes.¹⁰³

Esse contexto cultural provocava uma profunda decepção aos propagandistas da italianidade que começaram a visitar as colônias no começo do século XX.

*Se pensarmos que o laço mais importante com a mãe pátria é a língua; que a maioria dos imigrantes partem da Itália sem ter aprendido o italiano e que seus filhos não podem aprendê-lo nas escolas, raras e pobres, chega-se à conclusão, com tristeza, que sobre nossa nacionalidade pesa o grave perigo da assimilação e do desaparecimento.*¹⁰⁴

A falta de escolas e o pouco interesse que os colonos mostravam pela instrução de seus filhos foi uma realidade ressaltada por todos os que visitaram as colônias. Assim, o Inspetor imperial de colonização escrevia, em 1885: "A escola e o professor não são solicitados pelos colonos italianos como o padre e a Igreja."¹⁰⁵ Em 1897, o missionário capuchinho Bruno de Gillonnay, tentava convencer os colonos da necessidade de fundar escolas mantidas por religiosas, mas, "nas inúmeras vezes e nos diversos lugares onde eu propus a fundação de uma escola mantida por religiosas minha proposta foi afastada com indiferença".¹⁰⁶ Em 1912, o enviado especial da Itália Gens. Ranieri Venerosi Pesciolini, escrevia: "Quando se pergunta aos colonos por que razão não enviam seus filhos à escola, a resposta é sempre a mesma: 'eu vivi e comprei terras sem saber ler, nem escrever, meus filhos podem fazer o mesmo'.¹⁰⁷ O caso contado a esse mesmo visitante por uma diretora de escola que trabalhava entre os colonos italianos, é representativo da mentalidade reinante: um colono tinha dois filhos em idade escolar. Propôs à diretora enviar à escola um cada dia, alternadamente, pagando, por isso mesmo, uma só taxa. Isso lhe permitia conciliar três coisas ao mesmo tempo: gastar pouco, instruir os filhos e conservá-los em casa para os trabalhos da lavoura. E o enviado concluía em seu relatório: "Os colonos, muitas vezes analfabetos, não apreciam o valor da instrução: a ignorância atrai a ignorância."¹⁰⁸

Se a iniciativa e o interesse dos colonos pela instrução era medíocre, a do governo era ainda mais. Como já observamos, durante todo o século XIX, não havia sistema escolar do Rio Grande do Sul.¹⁰⁹ Os diretores das colônias e os inspetores de colonização reclamavam, constantemente, do governo a abertura de escolas nas colônias, sem nunca serem ouvidos.¹¹⁰

A "questão escolar" inexistia entre os colonos de origem italiana. O governo italiano não se preocupou com esses assuntos e, praticamente, desconheceu a existência das colônias do Rio Grande do Sul. O consulado se contentava em fornecer alguns livros a certas escolas e distribuir umas poucas subvenções. Mas nunca houve, por parte da Itália, uma ação organizada em favor dos imigrantes, nem sob o aspecto material e, menos ainda, sob o aspecto cultural.¹¹¹

A primeira ordem religiosa não-italiana a chegar no Rio Grande do Sul foi a dos capuchinhos. Com efeito, em 1896, os dois primeiros missionários capuchinhos da província Sabóia, França, chegaram ao Rio Grande do Sul e estabeleceram-se em Garibaldi, onde fundaram a primeira casa religiosa da futura e próspera província dos capuchinhos do Rio Grande do Sul. Com a chegada de novos missionários que procuravam, no Rio Grande do Sul, uma "missão refúgio frente às ameaças de expulsão dos religiosos na França",¹¹² a missão progrediu rapidamente, atingindo quase toda a região das colônias italianas. Para suprir a deficiência no campo da instrução, os capuchinhos fizeram apelo a congregações religiosas femininas francesas.

Procurou-se durante anos. Muitas congregações recusaram. Três responderam, sucessivamente, ao nosso apelo e vieram, uma após outra, se estabeleceram em nossas colônias: as Irmãs de São José Moitiers, os Irmãos Maristas e os Irmãos das Escolas Cristãs.¹¹³

Essas congregações docentes se estabeleceram em toda a região das colônias italianas e nas principais cidades do Estado. O trabalho realizado por esses religiosos e religiosas no campo de instrução e educação está intimamente ligado com o desenvolvimento econômico e cultural das colônias.

O objetivo primordial das congregações religiosas era a instrução cristã, "sem a qual, em duas ou três gerações, essas populações estariam perdidas para a vida espiritual" e a instrução profana, "para não deixar os colonos num estado de inferioridade social, de funestas conseqüências na ordem temporal e espiritual".¹¹⁴

É evidente que nessas escolas o patrimônio cultural italiano não encontrava aquela proteção e propagação desejada pelos elementos nacionalistas. Assim, o Dr. Venerosi, mesmo reconhecendo o bem realizado por essas congregações em prol da instrução dos colonos, lastimava essa "presença estrangeira que, do ponto de vista nacional, é um grave mal, pois os sacerdotes e religiosos estrangeiros não são levados a despertar os sentimentos de amor às tradições da pátria que eles não compreendem".¹¹⁵ Referindo-se a Garibaldi, Caxias, Alfredo Chaves, Nova Trento . . . ou a Porto Alegre, o Dr. Venerosi concluía que a Itália nada tinha a esperar das escolas das colônias italianas, cuja maioria e mesmo as melhores, eram dirigidas por congregações francesas ou alemãs.¹¹⁶ O exemplo das colônias alemãs, onde o clero e a escola eram os principais agentes da preservação do patrimônio cultural, não podia, segundo o Dr. Venerosi, ser imitado pelas colônias italianas, "onde o clero estrangeiro dominava".¹¹⁷

O Pe. Bernardin D'Apromont, o mais digno representante das congregações francesas estabelecidas no Rio Grande do Sul, capuchinho, assim definia, em seu relatório sobre a colonização italiana, a posição dos missionários capuchinhos entre os colonos de origem italiana: "os Capuchinhos da Sabóia, missionários no Rio Grande do Sul, não foram lá para fazer propaganda francesa ou prejudicar a propaganda italiana. Eles aí se instalaram para dedicar-se às almas."¹¹⁸ Quanto às críticas formuladas pelo Dr. Venerosi ao "clero estrangeiro" presente nessas colônias e cuja ação impede o desenvolvimento de sentimentos patrióticos italianos, o Pe. Bernardin responde:

Se o bem compreendi, a finalidade da Associação e da revista Itálica Gens é, sem dúvida, a de ajudar os colonos, mas com segundas intenções que me parecem a razão principal, isto é, o objetivo patriótico nacional. Esse objetivo principal consistiria em transformar as colônias italianas num prolongamento da Itália, mantendo aí grupos compactos, homogêneos, de língua e de costumes italianos, com apenas uma prudente adaptação ao novo meio no qual se desenvolve, doravante, a existência dos imigrantes.

Ela deseja o impossível. Isto é preciso repetir, pois é a verdade rigorosa, sejam quais forem os esforços empregados nesse fim, isso não se realizará. O caráter dos imigrantes é refratário à essa tentativa. Moderem o movimento das fusões das raças, tirem proveito da situação em favor da influência italiana, mas não falem em isolar as colônias através de uma educação puramente italiana.

*Mesmo com a maior boa vontade desse mundo, fracassareis nesse projeto. Fracassareis porque os colonos resistirão e porque o governo brasileiro tornará vossos planos irrealizáveis. Tudo o que conseguireis, sabeis, será irritar os Brasileiros contra vós mesmos e indispor a maioria dos filhos e netos de vossos imigrantes.*¹¹⁹

Após essa veemente réplica, o Pe. Bernardin observa que não existe diferença no ensino da língua italiana entre as escolas mantidas por religiosos franceses e aquelas mantidas por religiosos italianos e que é impossível manter a homogeneidade cultural entre os italianos, como acontecera nas colônias alemãs.

Inicialmente, nossos padres pensaram que as colônias italianas, como as alemãs poderiam permanecer muito tempo homogêneas, conservando sua linguagem e seus costumes no meio do povo brasileiro. Foi necessário, imediatamente, tomar consciência do engano. O caráter italiano não é o caráter alemão e a língua italiana se assemelha demais à língua portuguesa. Tudo o que se pode fazer é moderar, retardar, dirigir o movimento de fusão dos imigrantes com o povo brasileiro, de tal maneira que não se percam as qualidades da raça italiana e o amor à bela Itália e que os laços religiosos, econômicos, políticos e intelectuais, entre o Brasil e a Itália se fortaleçam com essa fusão.

Os Poloneses e os Alemães resistem melhor à fusão imediata. Como os colonos de origem francesa no Canadá, permaneceram, até aqui, unidos e fiéis a suas tradições. Mas isso é devido às condições especiais de temperamento, de língua e de organização já antiga. Talvez poder-se-ia fundar novas colônias italianas que resistiriam mais que as antigas à fusão, organizando-as, desde o início, em regiões escolhidas do Brasil; mas, eu não creio no sucesso de tais empreendimentos: o caráter do povo italiano se opõe a isso. Desde a segunda geração o italiano está impaciente por mudar de lugar, de língua e de relações. Além disso, é preciso observar duas coisas: A fusão do elemento alemão com o elemento brasileiro já começou. Disso resulta uma raça transformada, com modificações do caráter físico e moral, como também, relações mais cordiais entre o Brasil e a Alemanha.

Existe, porém, um outro aspecto do problema. É uma questão muito delicada essa de querer manter as colônias européias estabelecidas no Brasil como oásis isolados na imensidão do meio envolvente. Nem tudo é vantajoso. O isolamento dos colonos de origem alemã produziu, no Brasil, uma irritação que poucos imaginam na Europa. O governo da República brasileira e os governos dos diversos Estados do Brasil (não esqueçamos que o Brasileiro é, essencialmente, diplomata) não o dizem, nem deixam entender, negam se for necessário; mas, na realidade, eles vêm

*com maus olhos essa formação de importantes grupos de origem alemã. O povo brasileiro sofre a influência germânica, mas, no seu íntimo, alimenta uma profunda hostilidade por ela. Se houvesse uma conflagração européia, desfavorável à Alemanha, existe uma forte possibilidade de que um contra-golpe terrível aconteceria no Brasil. A legislação procura introduzir, aos poucos, porém, com firmeza, a língua portuguesa no interior das colônias alemãs, italianas e polonesas.*¹²⁰

A história confirmou essas previsões: o governo quebrou, às vezes pela força, a homogeneidade cultural das colônias européias, fechando as escolas, proibindo mesmo o uso de línguas estrangeiras, durante a guerra de 1939.¹²¹

Havia, porém, outras forças que trabalhavam pela integração dos imigrantes e que impediam o desenvolvimento de um espírito de segregação. Os imigrantes italianos e seus descendentes não podiam resistir às tentações da integração, base de toda promoção social e do progresso econômico. A cidade e a língua portuguesa agiam sobre os imigrantes como símbolos da promoção social. A escola italiana, guardiã do patrimônio cultural, nunca apaixonou os colonos, que viam a realidade sob um prisma muito mais pragmático.

*Querem ensinar, unicamente, o italiano, negligenciando as outras línguas? ou não terão alunos, ou então, os alunos que saírem dessas escolas não terão nenhum prestígio e serão julgados inaptos em qualquer grande estabelecimento comercial, fora das colônias italianas.*¹²²

A escola italiana não teve influência na conservação do patrimônio cultural italiano entre os colonos do Rio Grande do Sul. As raras experiências de propaganda da italianidade fracassaram diante da indiferença e da oposição dos colonos. Houve casos em que os livros, enviados pelas associações de propaganda italiana, foram escondidos e queimados.¹²³

Esse contraste entre a atitude dos colonos italianos pode surpreender o observador, até mesmo um estudioso dessas questões. É preciso, porém, levar em consideração, além dos fatores já analisados, outra questão mais importante e que está ligada com a situação política da Itália nos fins do século XIX.

A unificação italiana, realizada em 1810, foi obra dos liberais republicanos, contra o Papa e os católicos em geral. A tomada de Roma pelas forças italianas, gerou um profundo conflito entre a Itália Unida e a Igreja. Para os católicos, italiano era sinônimo de liberal, anticlerical, inimigo da religião. Para os liberais, católico, era sinônimo de inimigo da pátria, antipatriota.

Os imigrantes italianos do Rio Grande do Sul eram católicos e não tinham em grande consideração os propagandistas da italianidade, às vezes, anticlericais.

*Entre os que trabalham em favor da influência italiana (no RS) um certo número coloca uma nota anticlerical que não atrai precisamente as famílias que desejam permanecer fiéis à sua fé e à prática de sua religião.*¹²⁴

Esse dado fundamental merece uma análise mais profunda para poder compreender o comportamento sócio-cultural dos imigrantes italianos e de seus descendentes no Rio Grande do Sul.

De 1815 a 1870 a Itália viveu um período de lutas constantes, de proclamações liberais, num clima de efervescência política que gerou graves e profundas revisões. Foi a época desse grande movimento ideológico e político chamado Risorgimento — que levou a península à unificação política e quis dar aos italianos o pleno exercício de suas liberdades.¹²⁵

A Itália, que hoje conhecemos, só começou a existir politicamente em 1870, com a tomada de Roma e a conseqüente perda do poder temporal do Papa. Antes disso, existia um conjunto de Reinos e Ducados, independentes uns dos outros e governados por monarcas do poder absoluto. O Risorgimento foi um movimento político, enquanto proclamava todos os povos da península a se libertar do poder dos príncipes para se unirem numa grande nação. Foi também um movimento ideológico, enquanto proclamava e exigia para todos os cidadãos, a plena liberdade, todas as liberdades. Os monarcas, em geral, e o Papa, em particular, se opuseram aos princípios liberais e condenaram todos os ideais do Risorgimento, como contrários à ordem estabelecida por Deus e aos princípios tradicionais da religião.¹²⁶ Em 1815 e 1870 a Itália viveu, pois, num conflito que opunha a ideologia liberal que reivindicava a liberdade para todos, o direito de escolher os próprios representantes no poder, a unificação política do país e os partidários da monarquia absoluta que defendiam a aliança do trono e do altar, a autoridade investida por Deus como fundamento da sociedade. Para os partidários do liberalismo e do parlamentarismo não houve outra alternativa senão a luta contra os príncipes e a Igreja a fim de conseguir a Unidade e um Regime liberal. A península atravessou, então, uma difícil fase de sua história, marcada por revoluções e contra-revoluções, conspirações e violentos combates como os de 1830 — 1831, 1848 — 1849. Em 1859, Garibaldi e seus mil homens conquistaram o Reino das Duas Sicílias, parte dos territórios pontifícios e, em 1861, foi proclamado o Reino Unido da Itália.

A unidade italiana causou uma profunda emoção no mundo católico. O Papa recusou o reconhecimento do novo Estado e contestava a legitimidade de um poder saído da revolução.

*As censuras eclesíásticas proferidas contra o Rei, os Ministros, os parlamentares, perturbavam a vida religiosa de todos os católicos, pois se viam privados de sacramentos e de sepultura eclesíastica.*¹²⁷

A oposição entre a Itália Unida e a Igreja iria se acentuar com a tomada de Roma. Em 1861, só restava ao Papa, de todas as suas províncias, Roma e um estreito território ao redor da Vila Eterna. O Papa não cessava de reclamar a restituição integral de seus territórios, mas os italianos recusavam formalmente e já pensavam na conquista de Roma. O sonho da unificação foi também o sonho do renascimento de uma grande nação. Mas, os italianos estavam convencidos de que a Itália nunca seria realmente unida e grande sem Roma como Capital. Só um nome assim tão grande, com um passado de prestígio e de glória, poderia satisfazer os desejos dos partidários da grandeza nacional. A

conquista de Roma era uma questão de honra nacional.¹²⁸ Mas, se para os italianos, Roma era o símbolo da unidade e da grandeza, para os católicos ela representava o poder e a glória dos papas e continuava capital da catolicidade. Pio IX e com ele todos os católicos julgavam que o poder temporal do Papa era necessário para garantir a liberdade espiritual da Igreja e não podiam imaginar que a milenar união entre o poder temporal e espiritual pudesse ser rompida.

O governo italiano tentou, então, convencer os católicos e o Papa de que a anexação de Roma à Itália não prejudicaria a independência da Igreja. A célebre fórmula de Cavour: "libera Chiesa in libero Stato"; resumia perfeitamente o pensamento político dos liberais no poder. Em troca de Roma, o governo oferecia, ao Papa, a garantia absoluta de independência e liberdade no exercício de sua autoridade espiritual. Pio IX recusou todas as propostas e negociações e afirmou, categoricamente, que o Papa "não poderia consentir a semelhante expoliação sem transgredir os princípios da regra moral".¹²⁹

Diante da recusa formal do Papa e da impaciência dos Italianos, o Rei Victor-Emmanuel II decidiu enviar as tropas à conquista da sonhada capital. Após uma resistência simbólica, Roma foi conquistada pelas forças italianas no dia 20 de setembro de 1870. Era o fim do poder temporal da Igreja e o mundo católico ficou chocado com esse ato, qualificado de "usurpador". O Papa refugiou-se em seus palácios do Vaticano e lá, proclamava "urbi et orbi" sua indignação e reprovação, apresentando-se, aos olhos de todos os católicos, como "o prisioneiro do Vaticano".

O governo italiano procurou, imediatamente, acalmar os espíritos inquietos dos católicos, promulgado a famosa lei das garantias que assegurava ao Papa a plena liberdade no exercício de suas funções e lhe outorgava direitos de soberano independente e a posse dos palácios do Vaticano.

*A lei não foi negociada, nem aceita pelo Papa. Pio IX quis que ela conservasse, em relação a ele, o caráter de uma lei de guerra, imposta por um vencedor brutal e insidioso. Isso lhe permitiu apresentar-se diante do mundo católico como Prisioneiro do Vaticano.*¹³⁰

Os sucessores de Pio IX adotaram a mesma atitude de protesto e reprovação. E foi assim durante quase sessenta anos (1870-1929).

A legislação liberal de governo italiano que proclamara a liberdade política e religiosa, a onda de anticlericalismo que se abatera sobre o país, a confiscação dos bens de numerosas congregações e instituições religiosas, reforçaram a profunda oposição entre católicos e italianos liberais. Durante mais de trinta anos os católicos permaneceram à margem da vida pública do país, obedecendo, assim, às ordens do Papa que declarara — nem eleitos, nem eleitores — para protestar contra essa nova situação.¹³¹ Essa resistência silenciosa e pacífica custou inúmeros sacrifícios e não poucas humilhações. A religião e o clero eram alvo de toda espécie de ataques, críticas e condenações. Os católicos eram considerados como inimigos da pátria e nostálgicos do Antigo Regime.

Mas, para tornar essa resistência possível, os católicos se isolaram da sociedade. Em cada cidade formaram um

*grupo à parte. Desertaram das escolas, associações, organizações interconfessionais. Fugiam de tudo que não tinha uma etiqueta especificamente católica; e, quando foi possível, criaram organismos econômicos reservados só para eles. Foi graças a esse isolamento que eles puderam continuar, durante tantos anos, uma resistência cujo princípio se transmitia de pai para filho e onde as desistências foram extremamente raras.*¹³²

O católico estava, pois, durante todo esse tempo, dividido entre seus deveres cívicos e seus deveres religiosos. Eles não podiam concordar com um regime que abolira o poder temporal da Igreja, que humilhava o Papa e permitia uma imprensa livre, onde a religião era desrespeitada e ridicularizada. Os seus adversários não cessavam de proclamar: "Se sois católicos, deveis obedecer ao Papa; se obedeceis ao Papa, sois contra a unificação italiana, portanto, inimigos da pátria".¹³³ O sentimento patriótico estava, assim, em contradição com o sentimento religioso. A reconciliação dessas duas realidades — católico e italiano — foi lenta, difícil, pois o conflito que as opunha era profundo e emocional. O nacionalismo italiano dessa época excluía o sentimento religioso: era leigo, liberal e, muitas vezes, anticlerical.¹³⁴

Foi nesse contexto político e religioso que milhares de italianos do norte partiram para se estabelecerem nas colônias do Rio Grande do Sul. Eram, em sua maioria absoluta, católicos praticantes. Abandonaram uma Itália politicamente unida antes que surgisse o sentimento comum da italianidade. De Itália Unida conservaram apenas a lembrança das lutas e sofrimentos, da miséria e da fome.

No Rio Grande do Sul, o conflito entre o nacionalismo italiano e a religião católica, se manifestou apenas em alguns setores da sociedade, como na imprensa, nas associações e entre uma parte do clero e certos círculos maçônicos. O povo das colônias não participou desse debate ideológico e político e até poder-se-ia afirmar que o desconheceu. A maçonaria, conhecida pelo seu patriotismo anticlerical, teve uma atuação limitada nos centros urbanos e, praticamente nula nas colônias.¹³⁵ As sociedades italianas, como as do Mútuo Socorro, tão numerosas em outros países, foram poucas nas cidades e raras nas colônias e "jamais conseguiram atrair os colonos italianos à causa da italianidade".¹³⁶

Os raros representantes do governo italiano que visitaram as colônias no Rio Grande do Sul foram recebidos sem entusiasmo pelos imigrantes.

*Lembro-me, a esse respeito, de um caso significativo. Aproximadamente em 1901, veio a Conde D'Eu um agente do governo italiano. Animado dos melhores sentimentos, convocou seus compatriotas para uma grande reunião. A assistência foi pouco numerosa. E ouvia-se, publicamente, palavras como essas, proferidas por um negociante rico e de muita influência no lugar: 'Quando i poveri coloni mangiavano pignoni, nessun veniva dall'Italia a visitarli; ma adesso che mangiano caponi, tutti vogliono venire a dividere con loro'.*¹³⁷

A imprensa italiana conheceu um desenvolvimento muito limitado. O papel da imprensa, tão importante nas colônias alemãs para a formação de uma consciência de grupo,¹³⁸ foi praticamente nulo entre os italianos. Havia, no Rio Grande do Sul, dois ou três jornais semanários italianos, opostos uns aos outros pela "questão romana". Um deles, "Stella d'Italia", dirigido por Adelchi Colnaghi durante 25 anos, que se consagrou "à causa da italianidade e dos colonos, tutto sè stesso",¹³⁹ era um jornal impregnado de patriotismo italiano. Sua difusão, porém, foi reduzida: 1.500 exemplares nos seus melhores dias.¹⁴⁰ Um outro jornal conhecido nas colônias, "Libertà", fundado por dois padres italianos a quem se associaram, em 1910, os capuchinhos, era essencialmente católico. Esse jornal conheceu diversas crises, internas e políticas, que o obrigaram a mudar de nome para poder continuar. Assim: "Libertà" em 1909, "Il colono italiano" em 1910, "Staffeta Riograndense" em 1917 e, finalmente, "Correio Riograndense" de 1940 até nossos dias.

A posição do jornal "Libertà" reflete com fidelidade a posição dos católicos e, principalmente, do clero frente ao problema político italiano. Em seu número de 22 de maio de 1909, assim definia a posição católica:

A discussão desse assunto de altíssima política não é pão para todos os dentes e muito menos para os do senhor Colnaghi. Ele pensa e escreve como bem lhe parece e como lhe apraz. Para mim, sacerdote católico, apostólico, romano, é suficiente recordar essa profissão de fê papal.

*Quanto à condição atual do Romano Pontífice, o qual não cessa de gritar, aos trezentos milhões de católicos, que ele se encontra sob uma hostil dominação, eu o penso, nem mais nem menos que o próprio Papa. Reconheço que nada possa e nada valho, mas do fundo do meu nada, grito altamente a todos os católicos desse nome: Recordai-vos, que para um verdadeiro católico, depois de Deus, o Papa é tudo.*¹⁴¹

Certamente, esse debate entre catolicismo e italianidade permaneceu limitado, unicamente entre os representantes de uma e outra posição. Não existem indícios de que tenha sido vivido pelo povo simples das colônias. Esse povo era essencialmente católico e apreciava tudo o que se apresentasse com a etiqueta católica. A isso, talvez, o jornal "Libertà" deve seu sucesso e sua continuidade.¹⁴²

Os partidários da italianidade acreditaram que a presença de padres e religiosos não-italianos, entre os colonos, era fonte de discórdias, como o afirmava o Dr. Venerosi:

*Nas paróquias dirigidas por estrangeiros, houve, muitas vezes, discórdias e dissidências, mais ou menos declaradas e graves, nas quais nacionalismo e religião confundiam-se e, às vezes, até sanções religiosas eram aplicadas a fim de impor princípios políticos. Para confirmar tal fato basta recordar a questão de Esperança no RS e a questão de Rodeio em Santa Catarina.*¹⁴³

Os exemplos foram mal escolhidos. A questão de Esperança foi uma questão entre um sacerdote e os capuchinhos, e, posteriormente, entre o bispo e a autoridade brasileira.

Com efeito, os capuchinhos, convidados pelo vigário da vila de Esperança, constituíram um convento nesse lugar, com a ajuda dos colonos. Acabados os trabalhos, surgiu uma querela entre o vigário e os capuchinhos a propósito da propriedade do convento. A disputa tomou tais proporções que os capuchinhos foram acusados de usurparem um prédio destinado à educação das crianças, para transformá-lo em escolástico. Toda a população participou ativamente nessa querela, criando um clima de tal hostilidade que os capuchinhos terminaram abandonando o convento e a vila. O bispo de Porto Alegre interveio pessoalmente em favor dos capuchinhos, conduzindo-os a retomar o convento. Durante a noite, a casa onde se encontravam o bispo e os capuchinhos foi alvo de uma curta fuzilada. Apesar das sanções eclesiásticas tomadas contra o vigário de Esperança e da intervenção das autoridades civis, a questão continuou num clima de tensões emocionais. Os capuchinhos abandonaram definitivamente a cidade e o convento foi demolido.¹⁴⁴

A questão de Esperança foi um caso isolado e não se tratava de nacionalismo e nem de religião. Foi uma pura questão econômica, na qual interesses diversos entraram em jogo. Além, a nacionalidade do clero ou dos religiosos e religiosas teve pouca importância para os colonos italianos. O padre representava um símbolo tão importante que eles não faziam distinções. Os capuchinhos franceses gozavam da mais alta estima entre os colonos, pois, mais do que as outras congregações, eles recordavam os "frati" tão familiares e conhecidos na Itália.

Os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul e seus descendentes não manifestaram sentimentos patrióticos exaltados, não se preocuparam em conservar o seu patrimônio cultural e mostraram-se indiferentes à causa da italianidade. Eram, acima de tudo, católicos praticantes, do Vêneto, Mantovano, Tirol. . . e foi através da prática da religião que encontraram a própria identidade cultural. Abandonados e perdidos no meio da floresta virgem, eles se reencontraram consigo mesmos e com os outros através da prática da religião, de seus ritos e cerimônias.

V – A RELIGIÃO: FATOR DE INTEGRAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO

Estudando o comportamento sócio-cultural dos imigrantes italianos e de seus descendentes no Rio Grande do Sul, todos os que, de uma forma ou de outra, se interessaram por essa colonização, salientaram a fiel conservação dos dialetos, costumes e tradições de origem e a ausência de uma consciência nacionalista italiana.

Esta aparente contradição, nascida de uma primeira e superficial observação, foi mal interpretada tanto pelos propagandistas da italianidade, quanto pelos partidários de uma assimilação mais rápida. Para aqueles, a conservação dos dialetos, costumes e tradições aparecia como uma característica étnica propícia às doutrinas nacionalistas

italianas. Para estes, representava um perigo político, uma resistência cultural que deveria ser vencida a todo o custo.

Ora, nem uns e nem outros levaram em consideração o quadro oficial da imigração e da colonização, nem tão pouco, o traumatismo psicológico provocado pela instalação dos imigrantes no meio da floresta, isolados das outras sociedades já constituídas.

O quadro sócio-cultural das colônias italianas do Rio Grande do Sul não era um prolongamento da Itália, como o queriam os partidários da política expansionista italiana no fim do século XIX, como também não constituía um perigo político, um Estado dentro do Estado, como o afirmavam certos elementos partidários de uma assimilação pela força. Era, simplesmente, uma expressão natural, espontânea dos valores culturais dos imigrantes, favorecida pelo isolamento, sem nenhum apoio das escolas, sociedades, imprensa e centralizada em torno da religião católica.

Tirados de seu quadro sócio-cultural de origem e transportados num meio desprovido de todos os sinais e símbolos culturais, os imigrantes sentiram-se perplexos e desorientados. Foi a reconstituição, nas matas virgens do Rio Grande do Sul, desse quadro social e cultural permitido que, por sua vez, permitiu aos imigrantes reencontrar a própria identidade cultural, a força para superar as dificuldades e esquecer a terra natal.

Nessa reconstituição cultural, a religião católica com suas igrejas, capelas, ritos e festas ocupou um lugar central. Foi através da religião católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros, formando uma unidade que se exprimia na constituição destas comunidades de trabalho e de fé que foram as linhas coloniais.

Essas comunidades de trabalho e de fé, fundamento da vida social e cultural das colônias, constituíam um exemplo original, cujo estudo suscita um vivo interesse do ponto de vista religioso e sociológico.

Nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, a religião, longe de ser um "ópio do povo", foi um fator de integração e uma força de dinamismo econômico. Permitiu ao colono italiano fugir de uma desintegração social ou de cair numa "caboclição", oferecendo-lhe um quadro sócio-cultural, no qual ele se reconhecia e se expandia.

A expressão religiosa, em suas manifestações cotidianas e festivas, era o sinal mais significativo do universo cultural dos imigrantes italianos. Era a referência primeira e indispensável de afiliação ao grupo. Esta expressão tinha raízes profundas na consciência individual de cada membro do grupo. A oração individual e familiar de todos os dias, a oração comunitária nos dias festivos foi uma constante inenarrável na vida dos imigrantes. Rezavam na hora da partida, durante a viagem, na solidão da floresta virgem. O terço à Virgem Maria era a fórmula preferida de suas preces.¹⁴⁵

Houve um dia insuportável na semana dos primeiros imigrantes. Foi o domingo. Se, durante a semana, o trabalho e a prece familiar eram suficientes para preencher o tempo e aliviar a infinita saudade, o domingo, pelo contrário, despertava neles uma profunda nostalgia de seus vilarejos. No meio da floresta, o Dia do Senhor, por eles sacralmente observado, lhes dava consciência do próprio exílio, da solidão e cristalizava neles a lembrança dos domingos bem diferentes vividos na terra natal.

*Desfilavam, como idéia fixa, na recordação, aqueles grupos domingueiros, alegres e bem enfatiados que se dirigiam à paróquia do vilarejo, para as obrigações dominicais. Seus ouvidos pareciam ainda ouvir o bimbalar dos sinos, 'il primo e secondo segno' convidando para a missa. Seus olhos pareciam ainda ver o 'campanile', o 'Duomo' com suas arcadas e vitrais coloridos, a movimentação litúrgica do velho 'Piovan' (pároco) com os corinhos vistosos e irreverentes, os altares entalhados, com velas (ha! le candelie) diante das imagens prenhes de histórias e de lendas, as cabeças descobertas dos homens na nave direita e aquele mar branco semi-movente de véus das senhoras na nave esquerda.*¹⁴⁶

Se estas recordações lhes arrancavam lágrimas de saudade, contudo, foram a força que os tirou do isolamento familiar para ir ao encontro dos vizinhos que viviam o mesmo drama e sentiam a mesma saudade. Nesses primeiros encontros dominicais, movidos pela saudade e pela necessidade de contato humano, os imigrantes descobriam seu líder religioso, que seria a alma da comunidade que iria se constituir. A assembléia formara-se espontaneamente. Ela tinha lugar em torno de imagens improvisadas, trazidas no meio da bagagem por algum dentre eles, sob uma árvore ou na casa de um colono.¹⁴⁷ Tinha um caráter religioso, pois se reuniam para rezar juntos, como faziam na Itália, e o terço constituía o essencial desta liturgia dominical, mas era também uma procura de identidade cultural e social.

*Após a reza, bastante prolongada, cumprimentavam os que chegaram a pouco da Itália e que trazem notícias recentes; comentam a viagem e peripécias, criticam o governo e comissão de terras, mandam ler (muitos analfabetos) alguma carta trazida em mão ou vinda pelo correio; combinam a 'pronta resposta' que lhes é solicitada, sistematicamente; informam-se, mutuamente, sobre o andamento do 'desboscamento', do plantio, construções a fazer; combinam a troca de dias de trabalho para afazeres que exigem mais gente e, principalmente, combinam que, no domingo seguinte, estarão novamente presentes, trazendo as mulheres e crianças. Pouca coisa em comparação com os sonhados e vividos domingos italianos, mas já é algo, um começo de uma comunidade que vai surgir e se desenvolver. Comunidade imprescindível para sobreviver àquelas circunstâncias e ao isolamento, mas, opcionalmente, comunidade de fé, profunda e arraigada fé, que foi, indiscutivelmente, uma força positiva e incalculável para levarem de vencida os obstáculos e dificuldades, inenarráveis.*¹⁴⁸

Nos domingos seguintes, a assembléia era mais numerosa, o local melhor preparado e a liturgia mais solene, entre as diversas dezenas do terço, entoavam-se cânticos à Virgem Maria, cantavam-se as ladainhas de Nossa Senhora e a Salve Rainha.¹⁴⁹ O eco destas vozes unidas na floresta densa e imponente reavivou os ânimos abatidos e

rendeu a todos a consciência da própria identidade. Sentiram-se menos isolados, mais solidários na dureza do novo mundo.

Essa comunidade de fé espontânea não supria, certamente, a vida religiosa e social dos domingos italianos, mas a preocupação de construir uma capela, expressa em todas as reuniões, revelava já o desejo unânime de reconstruir, lentamente, na nova terra, todo o brilho dos domingos que eles haviam conhecido. Tenazes, sentimentais e sempre corajosos, os primeiros imigrantes se entregaram, então, à tarefa de reconstruir, em terras brasileiras, suas próprias aldeias e vilarejos, essas "piccole Italie", cujo centro girava em torno da igreja.

Se a construção da capela foi a expressão de um desejo comum e unânime, a escolha do lugar e do santo padroeiro foi, muitas vezes, motivo de discórdias e de sérias contendas. "Quase que não há lugar no Rio Grande do Sul que, inicialmente, não tenha tido tais lutas."¹⁵⁰ Todos sabiam, com efeito que a igreja tomar-se-ia o centro do núcleo, ao lado da qual surgiriam o armazém, o botequim e a escola. Mais tarde, a venda antecedeu à capela e, muitas vezes, o interesse do comerciante prevalecia na escolha do lugar. A igreja era considerada como o elemento essencial do progresso do lugar.

A escolha do padroeiro da capela foi, igualmente, uma fonte de discórdias em muitos lugares. Quando os habitantes de uma linha eram originários da mesma aldeia italiana tudo se passava na calma e sem discussão. Mas isso acontecia raramente. Cada qual queria conservar o padroeiro de seu vilarejo natal e esta referência ditava toda a decisão.¹⁵¹

A construção da capela foi obra de todos, sob a direção de uma comissão eleita. Esta comissão distribuía as tarefas, segundo as capacidades de cada um e todos reservavam dias inteiros ao trabalho comunitário da construção. As tarefas especiais eram executadas por colonos mais competentes que, por sua vez, eram substituídos pelos demais nos trabalhos de sua lavoura. O trabalho de uns e de outros era anotado no "Livro casa" pelo secretário da comissão.¹⁵²

Desde que as condições econômicas o permitiram, esses oratórios e capelas foram substituídos por igrejas de tijolos ou de pedra. Contudo, foram sempre mais ricas que as casas dos colonos, mais numerosas que as necessidades reais, o que não deixava de chocar certos visitantes.

*Observou-se que, em algumas colônias, havia capelas em demasia. Elas representavam um esforço sem proporções com as condições econômicas da população. Com exceção de raros casos, constatei que a maioria foi construída a pedido insistente do povo e, muitas vezes, contra a vontade do sacerdote. Isto é devido ao apego às tradições e ao desejo de possuir, em sua linha, uma igreja dedicada ao santo padroeiro da aldeia natal e também ao interesse do comerciante.*¹⁵³

Até que ponto o número elevado de igrejas, capelas e oratórios foi um obstáculo ao desenvolvimento da região? Uma tal questão, muitas vezes repetida merece uma resposta circunstanciada. Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração

o sistema de colonização adotado pelo governo que isolou as colônias italianas do restante do Rio Grande do Sul e as linhas coloniais, uma das outras. Em segundo lugar, a igreja era a primeira pedra, o primeiro elemento da reconstrução cultural, em terras americanas, dos vilarejos italianos. Cada linha se empenhou nessa tarefa de reconstituição e é lógico que tenham construído tantas igrejas.

O governo brasileiro não previu e nem considerou a importância do fator cultural na obra da colonização. Não tomou consciência da significação social e cultural da igreja para os colonos italianos. A ajuda financeira destinada às igrejas foi sempre pequena, o que levava os diretores das colônias e inspetores de colonização a reclamar, constantemente, uma subvenção maior para esse fim, pois "para os colonos italianos a religião é fonte de ordem, de moralidade e de sensibilidade" e certos colonos se recusavam a comprar lotes nas colônias desprovidas de igrejas.¹⁵⁴

Por todas estas razões, os colonos italianos construíram, eles mesmos, suas igrejas e multiplicaram, em todas as partes e direções, esses símbolos de sua fé e de sua identidade cultural. Isso permitiu aos primeiros imigrantes situarem-se psicológica e culturalmente no novo ambiente desprovido de toda a referência.

Esta iniciativa acompanhou a expansão da colonização e, cada vez que penetraram na floresta para desmatar e cultivar, encontraram as mesmas dificuldades iniciais, e recomeçaram a mesma obra. Mas, nas novas colônias do Planalto, do Estado de Santa Catarina e Paraná, os colonos tomavam, como modelo, não mais as aldeias italianas, mas a experiência das antigas colônias.

A originalidade das capelas, nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, consiste no fato de pertencerem a toda a sociedade da linha colonial. Não era paróquia, no sentido europeu, pois não havia padres. Não era propriedade de uma família, como acontecia nos domínios portugueses, pois nenhum deles tinha recursos suficientes para isso. Era de todos os habitantes do lugar: uma igreja da comunidade.

Os colonos italianos do Rio Grande do Sul não esperavam a ajuda do governo para construir suas igrejas e nem a chegada dos sacerdotes para celebrar o seu culto. Na ausência de sacerdotes, construíram, espontaneamente, comunidades de fé e escolheram, entre eles, os presidentes das assembléias litúrgicas.

A presença de um altar exigia de um ministro e 'in via ordinaria', era proclamado pela voz do povo: era escolhido entre os cantores que sabiam ler e escrever; era chamado 'il funzionante' e, muito frequentemente, 'il loro pretre'.¹⁵⁵

A escolha do líder religioso, sacristão, "padre leigo" acontecia nas primeiras reuniões dominicais espontâneas, segundo critérios diferentes. Os valores morais e religiosos, associados a uma certa instrução se impunham aos demais valores. "Aquele que tinha certas qualidades indefiníveis, mas perceptíveis, era considerado como líder religioso."¹⁵⁶ Muitas vezes, tinha feito parte do coral na Itália, ou tinha sido catequista, era mais instruído ou mais respeitado.¹⁵⁷ Sua função de homem do culto e de juiz de paz exigia, necessariamente, certas qualidades morais e um mínimo de instrução religiosa para ser escolhido e aceito por todos. A prática e o exercício da função lhe garantiam uma grande notoriedade e respeitabilidade.

A "vox populi", que o havia reconhecido e escolhido, também o seguia e sua importância religiosa e cultural nas colônias italianas foi enorme. Ele presidia a todos os ofícios religiosos da capela numa reprodução, a mais fiel possível, da liturgia celebrada em seus vilarejos de origem.

Na ausência de padres, eles se reuniam, aos domingos, diante de uma simples cruz ou em qualquer humilde capela feita de tábuas preparadas a machado. Lá, juntos, piedosamente recitavam o terço, cantavam as ladainhas da Virgem Maria e alguns de seus longínquos vilarejos.¹⁵⁸

A recitação dominical do terço, presidida pelo "padre leigo" e seguida por toda a comunidade, substitua a missa obrigatória. A monotonia desta devoção era compensada por uma recitação cantarolada das Ave-Marias, com inflexões típicas que davam à cerimônia, uma atmosfera de dia festivo. O fato de intercalar cantos tradicionais entre as dezenas, não somente evitava a monotonia, como permitia maior participação de toda a comunidade e imprimia um caráter mais solene a esta liturgia. Após o terço, cantava-se a Salve Rainha e as Ladainhas de Nossa Senhora em melodias típicas e variadas que permitiam a expressão de variados e prolongados acordes vocais. A cerimônia terminava com a recitação de vários Pai-Nossos e com o tradicional Bendito Seja Deus, fórmula final obrigatória de todas as cerimônias. A língua litúrgica empregada pelos colonos era o latim, como na Itália.

O cemitério foi, também, um lugar de culto privilegiado dos italianos e, muitas vezes, em diferentes lugares, precedeu a capela como lugar de culto. Os colonos se reuniam no cemitério e lá, rezavam juntos.¹⁵⁹ A morte de um habitante da região era sentida por todos e a presença no enterro, ao menos de um representante de cada família, era uma obrigação moral muito respeitada. A cerimônia do enterro era presidida pelo "padre leigo" que seguia o ritual romano, com algumas variantes que permitiam maior solenidade.

No cemitério, onde se iam alinhando as cruzes dos pioneiros tombados, além de se reunirem aos domingos para o terço, também cantavam o ofício dos mortos. Ao lado do cruzeiro central, postava-se o sacristão, com seu livro, e entoava (fazendo o sinal da cruz): 'regem qui amnia vivunt, venite adoremus'. O grupo de cantores, defronte, respondia: 'Venite adoremus'. Terminado o invitatório, recitavam os três salmos do matutino, em reto tom gregoriano, intercalado com as antífonas e, no fim, as lições com árias típicas, mais solenes que permitiam uma certa polifonia. Seguíam as laudes e o 'benedictus', as orações de sufrágio e tudo conforme breviário romano, num latim, às vezes, cômico, é verdade.¹⁶⁰

Antes ou depois da liturgia dominical, o "padre leigo" ensinava a "doutrina" (catecismo) às crianças da sociedade, cuja presença era obrigatória e controlada.

Esta estrutura-base da liturgia dominical dos primeiros imigrantes, foi adotada em todos os lugares das colônias italianas, com certas variantes dependentes da maior ou

menor capacidade do "padre leigo", dos cantores e dos habitantes. Em muitos lugares, recitavam-se também as Vésperas, segundo o costume europeu.

O fato mais espetacular desta experiência dos colonos italianos teve lugar nos lugares mais afastados, lá onde a presença dos sacerdotes foi mais rara. À medida que essas assembléias tomaram um caráter de ato litúrgico mais solenizado, aqueles que as presidiam adquiriam poderes sacerdotais. Assim, na colônia italiana de Urussanga, em Santa Catarina, que viveu no abandono e isolamento durante anos, o "padre leigo" assumiu poderes sacerdotais que surpreenderam certos visitantes, como o Dr. Venerosi:

Existe, sem dúvida, um espírito muito religioso na população. Mas, é preciso reconhecer que por tudo, por falta de instrução, este espírito degenerou em superstição. O padre Marzano, primeiro vigário de Urussanga, conta que, entre os colonos recém-chegados e instalados, a primeira preocupação, em cada núcleo, era a de construir uma capela. Uma velha imagem trazida da Itália servia de ícone e quando não existia essa imagem, alguém dentre eles fazia, de um tronco de árvore trabalhado a faca, uma estátua, mais ou menos artística, a qual, pintada e vestida segundo os seus costumes, deveria representar o santo padroeiro de seu vilarejo natal. Ninguém poderia reconhecer um santo em tais estátuas, se não houvesse o nome gravado em batxo: mas, para eles, era, verdadeiramente, uma coisa rara e tornava-se logo seu santo miraculoso, para cuja veneração ocorria gente das mais distantes aldeias.

A presença de um altar exigia um ministro e, ordinariamente, este era escolhido pela voz do povo; era escolhido entre os cantores que sabiam ler e escrever e era o chamado 'il funzionante' ou, mais freqüentemente, 'il loro prete'. Esses sacristãos exerciam, algumas vezes, realmente, as funções sacerdotais: revestiam-se dos paramentos sacerdotais, cantavam as funções religiosas e a missa. Davam a bênção com o ritual e o aspersório e achavam-se no direito de benzer todas as coisas, pessoas doentes, animais, casas e mesmo a uva, quando não queria fermentar.¹⁶¹

O fato de Urussanga se encontrar em Santa Catarina não diminui o valor e a importância do texto acima referido, pois trata-se dos mesmos imigrantes estabelecidos no Rio Grande do Sul. Aliás, comentando este mesmo texto, o padre Bernardin d'Apremont escrevia em seu relatório:

No RS foi absolutamente a mesma coisa. Um excelente pároco chegava, um dia, pela primeira vez, numa das capelas mais afastadas da paróquia. Vê, numa visita rápida, uma bacia cheia de água na estrada. — 'Que água é esta?' — 'É água benta, senhor vigário. — 'Quando foi benzida?' — 'Há bem pouco tempo. Nosso padre benze a água, freqüentemente, para que

tenhamos sempre água benta. – ‘Qual padre?’ – Nosso padre leigo da capela. – Sem mais conversa, o pároco tomou a bacia e jogou a água fora, acrescentando: ‘Tragam-me um pouco de água, eu a benzerei e ela será verdadeiramente, benta’. Eles obedeceram mas ficaram escandalizados. Uma comissão foi se queixar ao bispo dizendo que o novo pároco havia tratado indignamente uma coisa tão santa como a água benta. O bispo se encontrava em visita pastoral nos arredores. Ele se informou. Quando chegou, em seguida, no meio destes bons filhos dessa região, fez-lhes um discurso que começou assim: ‘Meus queridos filhos, vos queixastes do vosso bom pároco, porque jogou fora o que chamais vossa água benta; eu teria jogado fora também a bacia’. Após o discurso, explicou as prerrogativas sacerdotais de uma parte e, de outra, os limites dos poderes do padre leigo das colônias.

Eram bons cristãos e a questão foi assim encerrada. Mas, em outros lugares, as pessoas eram mais obstinadas. Eu poderia citar, por seu nome, uma facção que, durante muito tempo fez cisma com seu pároco legítimo, excelente padre genovês, ao qual opunham o padre leigo. Afinal, diziam os descontentes, nosso pároco não tem do que se orgulhar, não temos necessidade dele! Para as confissões, podemos ir noutro lugar; para a missa, temos o nosso padre leigo da capela.

Portanto, esses casos excêntricos foram raros. A maioria dos padres leigos, nas colônias do RS, eram homens valorosos que exerciam as funções de sacristão, de catequista e que presidiam as preces públicas, de um modo muito conveniente, com fé e piedade. Sua atividade estava sujeita à direção do pároco. Conheci muitos deles que me deixaram profundamente edificado pelo seu espírito de fé, de humildade e de caridade.¹⁶²

O Pe. Bruno de Gillonnay, primeiro missionário capuchinho nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, assim descrevia a vida religiosa dos colonos e o papel dos “padres leigos”, à sua chegada em 1896, vinte anos após o início da colonização:

Desde a nossa chegada, nos entregamos ao trabalho apostólico. E que trabalho! Para que se possa ter uma idéia, é preciso saber que este povo das colônias é ávido de coisas religiosas, sacramentos, pregações, funções sagradas, etc., e que, até então, tinha sido privado do socorro de padres residentes.

No início da colonização, apenas alguns raros ministros de Deus, que passavam aqui e acolá, para batizar, fazer casamentos e outros atos essenciais. Mais tarde, as colônias foram divididas em paróquias, mas em paróquias tão extensas que era absolutamente impossível ao pároco mais zeloso e mais robusto desempenhar

todas as funções de seu ministério. Por exemplo, a paróquia de Conde D'Eu conta com mais de 15.000 fiéis, todos dispersos na floresta, em uma superfície tal que é necessário viajar sete ou oito horas a cavalo para chegar aos confins. Este pobre povo sofria por causa deste estado de privação e sofria, ainda mais, pelo fato de não existir nada que os consolasse no meio da floresta. Para ter um pouco de culto religioso, construíram numerosas capelas. Em cada quarenta ou cinquenta habitações, encontra-se um oratório, o qual, muitas vezes, faz pensar no estábulo de Belém. E, na sua fé ingênua, esses colonos se entregavam, nessas capelas a práticas que faziam rir. — Escolhia-se o mais sábio (era necessário que soubesse ler) para exercer as funções de padre da capela, conforme sua expressão. Então, os ofícios eram realizados regularmente: procissão, bênção das velas, dos ramos, missa cantada, etc. Um destes padres leigos tinha, até, encontrado a maneira de conservar a liturgia intacta, sem atribuir-se os direitos do diácono e do sacerdote, os quais somente podiam dizer 'Dominus vobiscum'. Ele dizia: 'Dominus nobiscum'. Este culto, compreende-se, não era aprovado pela Congregação dos Ritos. Esses costumes se encontram, ainda, em muitas capelas, mas tendem a desaparecer pouco a pouco. ¹⁶³

Até onde foi a autonomia da organização religiosa das capelas italianas do RS, é difícil precisar. Segundo os raros documentos escritos sobre esta experiência original, os "padres leigos" tinham consciência dos próprios limites e o povo, que os escolhera e apoiava, desejava, ardentemente, a vinda de um sacerdote. O "Dominus nobiscum" e a frase, "para as confissões nós podemos ir noutro lugar" revelam a consciência de certos limites no poder dos "padres leigos". O batismo, porém, foi administrado com toda a solenidade, diante de toda a comunidade pelo "padre leigo", ao menos na colônia de Urussanga.¹⁶⁴ Quanto à missa cantada, de que falam os documentos acima referidos, tratava-se, certamente, de certas partes da missa, como o kyrie, glória, credo, "cantados, por exemplo, na Páscoa e dias mais solenes".¹⁶⁵ A missa com eucaristia parece excluída desta experiência, menos por razões teológicas que por razões culturais.

A tomada de poderes sacerdotais pelos "padres leigos" aconteceu justamente nos lugares mais afastados, lá onde os sacerdotes demoravam a aparecer.

Se este padre demorava a aparecer na localidade, como aconteceu em alguns lugares, o sacristão ia, aos poucos, assumindo sempre maiores poderes: do simples puxar o terço, ia à pregação diante do povo e com que autoridade e ameaças. . . do simples ajudar à missa, à celebração, até o evangelho da missa com Glória e Credo cantados, por exemplo, na Páscoa e dias mais solenes. Do enterro simples ao batismo de crianças, não só com água de socorro, mas com toda a solenidade perante a comunidade reunida, quando não iam até distribuir bênção às mães, após o parto, e outras. Isto, naturalmente, onde faltou o sacerdote. O

*catecismo da primeira comunhão foi sempre deles naqueles anos.*¹⁶⁶

Estes e outros fatos não deixaram de provocar o riso dos primeiros missionários que viam, nessas práticas, um fruto de sua ignorância e sede de coisas religiosas.¹⁶⁷ Com a chegada de numerosos sacerdotes, missionários e religiosos, esses costumes foram desaparecendo e o "padre leigo" foi sendo reduzido a um simples sacristão. Seu prestígio como homem da paz e da conciliação foi superado por aquele do sacerdote que, pouco a pouco, pôs fim a essa autonomia religiosa das capelas, sem compreender, na maioria dos casos, que ele dispunha lá de uma força cujo desaparecimento seria lamentado, mais tarde.

A vinda de sacerdotes, religiosos e religiosas não se opunha, porém, à organização sócio-cultural das capelas. O grande desejo de todas as localidades era o de possuir um padre residente. O sacerdote era um elemento cultural indispensável. O "padre leigo" supriu por um tempo e sob certos aspectos sua ausência, mas não preenchia todas as suas funções. A presença do sacerdote simbolizava a da civilização, trazia dinamismo e confirmava a identidade dos colonos. Por isso, os sacerdotes e religiosos foram sempre recebidos com manifestações de alegria incontida. As ordens religiosas que se instalaram nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, encontraram não somente um campo enorme de apostolado, mas também um terreno sem igual de recrutamento de vocações. O padre era a figura mais respeitada e mais obedecida nas colônias. Todo o empreendimento, nessa região, estava condicionado ao apoio dos sacerdotes.¹⁶⁸

Assim foram se constituindo, pouco a pouco, aquelas comunidades rurais italianas que nada mais eram do que um reflexo das aldeias italianas. A aldeia natal era a referência essencial do agir coletivo dos colonos. As comunidades espontâneas iniciais, o "padre leigo", os sacerdotes, as igrejas, os sinos, as festas, as liturgias, etc., eram elementos indispensáveis da vida sócio-cultural dos imigrantes. Tudo isso eles foram criando, implantando, numa ânsia de reproduzir, em solo gaúcho, a Itália que eles amavam.

Neste contexto sócio-cultural, criado pela tenacidade e pelo sentimentalismo, os colonos foram esquecendo sua terra natal. O nacionalismo italiano não encontrou eco nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, porque a Itália que os imigrantes conheciam e amavam, eles a reconstituíram no Rio Grande do Sul. E essa reconstituição cultural favoreceu sua lenta mas progressiva integração na sociedade brasileira. A preservação cultural foi uma expressão de identidade que permitiu superar os traumatismos da imigração e favoreceu a integração.

CONCLUSÃO

*D'une façon générale, la religion est le centre de résistance le plus important. On peut bien changer sa langue, ses manières de vivre et ses conceptions amoureuses. La religion forme le dernier retranchement, autour d'elle toutes les valeurs qui ne veulent pas mourir se cristallisent. Le sacré forme dans la bataille des civilisations le dernier carré qui refuse de se rendre.*¹⁶⁹

Este texto de Roger Bastide, fruto de longos anos de observação, de experiência e de pesquisa nesse cruzamento de raças e de civilizações que é o Brasil, encontra também sua confirmação no caso da colonização italiana no Rio Grande do Sul. A religião católica foi o último reduto no qual os colonos se apegaram para preservar sua própria identidade cultural após o desamoramento inicial provocado pela emigração – um caso de superestrutura instituinte.

Num mundo sem símbolos culturais: desprovido de pontos de referências “pour accrocher des souvenirs”, os imigrantes flutuavam no vazio. A ausência de um tempo e de um espaço estruturados onde pudessem reconhecer sua própria identidade criava neles um sentimento de ansiedade e de perplexidade. O domingo revelou-lhes toda a profundidade do seu desenraizamento cultural.

A reconstituição de todos os elementos culturais de suas aldeias natais, a partir de valores religiosos, foi a preocupação fundamental dos primeiros imigrantes italianos. A partir de uma certa prática de sua religião, os colonos italianos criaram toda uma sociedade recordando aquela de suas aldeias natais.

Roger Bastide, falando dos escravos africanos do Brasil diz:

*La religion africaine a tendu a reconstituer dans le nouvel habitat la communauté villageoise à laquelle elle était liée et comme elle ne l'a pas pu, elle s'est donné d'autres instruments: elle a sécrété, en quelque sorte, comme un animal vivant, sa propre coquille.*¹⁷⁰

Os imigrantes italianos do Rio Grande do Sul também procuraram reconstituir, no novo habitat, a comunidade do vilarejo ao qual estavam ligados, e o conseguiram. À diferença das seitas africanas, que foram obrigadas a encontrar “des niches” nas estruturas sociais existentes para se integrar e desenvolver, a religião católica dos italianos criou tudo a partir do nada e expandiu-se numa vibrante manifestação cultural e/ou cultural.

Esses homens que derrubaram as florestas, fundaram vilas e cidades, criaram riquezas – não são mais italianos. São brasileiros de origem italiana, orgulhosos de sua nova terra e de sua nova pátria. “A l'isolement des colonies succède le mariage des hommes et des civilisations.”¹⁷¹ O gaúcho de hoje não é mais o gaúcho de ontem, por causa dos imigrantes; o descendente de imigrante não é mais o imigrante de ontem por

segregação era severa. A religião católica permitiu criar um novo equilíbrio no seio do país de adoção, o que favoreceu a lenta mas progressiva integração dos imigrantes na vida social e política brasileira.

Pontifícia Universidade Católica
Departamento de Ciências Sociais
Porto Alegre, Brasil

NOTAS

¹ Empregaremos a palavra Colonização exclusivamente no sentido de: exploração e valorização de uma determinada região, por imigrantes, no regime da pequena propriedade, sob a direção do governo ou de particulares.

² O presente artigo é um extrato da tese de doutoramento em sociologia, defendida pelo autor em janeiro de 1975 na Sorbonne, sob o título: "Émigration et Identification Culturelle. La Colonisation Italienne au Rio Grande do Sul, 1875-1914." A publicação, em português, deverá sair proximoamente, através do Instituto Estadual do Livro.

³ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1967, 2.^o v., p. 222; SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 6.^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1961, pp. 415-416; LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Sulina, 1971, p. 86.

⁴ DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, Urbanização, Industrialização*. Rio de Janeiro, Min. Educação e Cultura, 1964, p. 30; OBERACKER, Carlos H. *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro, ed. Presença, 1968, p. 212; SIMONSEN, C. Roberto. *op. cit.* p. 416.

⁵ Certos autores afirmam que D. Leopoldina, da Casa da Áustria, esposa de D. Pedro I, teve muita influência na promoção da imigração alemã. Cf. RAMBO, Balduino. "A Imigração Alemã", *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas, ed. Regional, 1956, v. 1, p. 78.

⁶ Sobre a Colonização alemã no RS existe uma vasta e rica bibliografia. A obra mais importante é a de ROCHE, Jean. *La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul*. Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1959. O livro contém uma vasta bibliografia sobre o Rio Grande do Sul e a colonização em particular, pp. 589-683. A tradução portuguesa desse livro omitiu a bibliografia do original, privando, assim, o pesquisador de um valioso instrumento de trabalho. Sobre Schaeffer, Cf. ROCHE, Jean. *op. cit.* p. 77, nota 4.

⁷ *Id.* *Ibidem*, p. 77.

⁸ O Brasil assinou a lei da abolição do tráfico em 1826, cedendo assim à pressão política da Inglaterra. A lei, porém, só foi promulgada em 1831. A abdicação do Imperador D. Pedro I e o crescente poder político dos grandes proprietários transformaram essa lei em letra morta "para inglês ver". O tráfico de escravos, oficialmente proibido, continuou de forma intensiva, sob os protestos da Inglaterra, até 1850. Entre 1840 e 1850 a média anual foi de 50.000 escravos. Cf. PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 6.^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 154.

⁹ *Id.* *Ibidem*, p. 171.

¹⁰ Sobre a experiência do Senador Nicolau Vergueiro, cf. PERRET, C.G. *A Colônia Senador Vergueiro. Considerações*. Santos, Typ. Imparcial, 1851, 107 p.; CARVALHO DE MORAES, João Pedro, *Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Nacional, 1870; CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.

¹¹ Sobre os contratos de parceria, cf. CARVALHO DE MORAES, J. P. op. cit.

¹² Id. *Ibidem*, pp. 5-14.

¹³ Id. *Ibidem*, pp. 14 ss.

¹⁴ COUTY, Louis, *Pequena Propriedade e Imigração Européia*. Rio de Janeiro, Nacional, 1887, p. 35.

¹⁵ CARVALHO DE MORAES, J. P. op. cit. p. 15.

¹⁶ Id. *Ibidem*, p. 15. Em 1857, existiam 41 colônias sob o regime do contrato de parceria, empregando 4.454 pessoas, das quais apenas 500 eram brasileiras.

¹⁷ Id. *Ibidem*, p. 14; ROCHE, Jean, op. cit. p. 89.

¹⁸ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, pp. 31-86.

¹⁹ *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Universal, 1870, pp. 33-34.

²⁰ *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, Universal, 1869, 1870; ROCHA, Joaquim. *História da Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1919, 2.^o v. p. 65.

²¹ *Relatório de 1869*, op. cit. p. 61.

²² Id. *Ibidem*, p. 62.

²³ *Relatório de 1870*, op. cit. p. 33.

²⁴ Id. *Ibidem*, p. 34.

²⁵ Id. *Ibidem*, p. 36.

²⁶ Id. *Ibidem*, p. 33.

²⁷ ROCHE, Jean, op. cit. p. 93.

²⁸ Id. *Ibidem*, pp. 93-94.

²⁹ *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Nacional, 1875, p. 247.

³⁰ ROCHE, Jean, op. cit. p. 98.

³¹ Assim: CARNEIRO, Fernando, op. cit. p. 9 divide a história da imigração no Brasil em três períodos: 1) 1808-1886, caracterizado pela coexistência da escravidão e da imigração; 2) 1887-1930, a abolição da escravidão gera um aumento da imigração; 1930 . . . , fim da imigração, pois as fazendas de São Paulo se desinteressaram da mão-de-obra, DIEGUES JUNIOR, Manuel, op. cit. pp. 25-26, divide a história da imigração em três grandes períodos: 1) 1808-1850, a existência da escravidão impede a imigração; 2) 1850-1888, as medidas abolicionistas determinam um aumento da imigração; 3) 1888 . . . , a abolição efetiva provoca o livre desenvolvimento da imigração, ROCHE, Jean, op. cit. reconhece a relação causal entre a política antiabolicionista do governo e as medidas em favor da imigração, mas não aborda o caso da imigração italiana, nem as causas do aumento da imigração no Brasil, em fins do século XIX.

³² *Recenseamento Geral do Rio Grande do Sul, 1872*, IN ROCHE, Jean, op. cit. pp. 41 e 127.

³³ Mapa Geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. Lyt. Imperial, 1876.

³⁴ PELLANDA, Ernesto. "Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul". *Álbum Comemorativo do 75.º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1950, p. 36; Relatório do Presidente da Província, 1870, p. 67.

³⁵ Relatório do Presidente da Província, 1870, p. 68.

³⁶ Relatório do Presidente da Província, 1871, p. 120; PELLANDA, Ernesto, op. cit. p. 36; Relatório do Presidente da Província, 1872.

³⁷ PELLANDA, Ernesto, op. cit. p. 36.

³⁸ Essa dificuldade foi ressentida por todos os pesquisadores. Cf. MEM DE SÁ. "Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul". *Álbum Comemorativo...* op. cit. p. 76.

³⁹ PELLANDA, Ernesto, op. cit. p. 40.

⁴⁰ MEM DE SÁ. op. cit. pp. 76-77.

⁴¹ BAREA, Giuseppe. "La vita spirituale nelle colonie italiane dello Stato." *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*. Porto Alegre, Globo, 1925, pp. 127-128.

⁴² Id. *Ibidem*, p. 127.

⁴³ MEM DE SÁ. op. cit. p. 77.

⁴⁴ "Se é verdade que a família numerosa é o termômetro da moralidade de uma população, esta nota, então, deve ser atribuída, no mais alto grau, à nossa colônia", BAREA, Giuseppe, op. cit. p. 60.

⁴⁵ SCALABRINI, Giovanni Battista. "L'emigrazione italiana in America." *Studi Emigrazione*. Roma, Centro Studi Emigrazione, n.º speciale, febbraio-giugno, 1968, p. 203.

⁴⁶ UBALDI, Pietro. *L'espansione coloniale e commerciale dell'Italia nel Brasile*. Roma, Ermanno Loescher, 1911, p. 17; MANZOTTI, Fernando. *La Polemica sull'emigrazione nell'Italia Unita*. 2.ª ed., Città di Castello, ed. Dante Alighieri, 1969, pp. 69-76; SCALABRINI, G. B. "Il disegno di legge sull'emigrazione italiana." In *Studi Emigrazione*, op. cit. pp. 233-257.

⁴⁷ Após a lei de 1888, que legalizou a profissão de agentes de emigração, o número de agências de emigração subiu para 34 e o de subagentes para 5.172, em 1892 e 7.169 em 1896. "É um verdadeiro exército de aliciadores patenteados, estava para dizer, se parasitas da miséria." SCALABRINI, J.B. "L'Italia all'ester." In *Studi Emigrazione*, op. cit. p. 281.

⁴⁸ MALDOTTI, Pietro. "Relazione sull'operato della missione del porto di Genova dal 1894 al 1898 e sui due viaggi al Brasile." In *Studi Emigrazione*, op. cit. pp. 418-429.

⁴⁹ Id. *Ibidem*, 421-422.

⁵⁰ Id. *Ibidem*, p. 420.

⁵¹ ROSSOLI, Gianfausto - GROSSI, Oreste. *L'altra Italia. Storia fotografica della grande emigrazione italiana nelle Americhe (1880-1915)*. Roma, Centro Studi Emigrazione, 1973, p. 12.

⁵² DE AMICIS, E. *Poesie*. Milano, 1880, p. 41.

⁵³ MACOLA, F. *L'Europa alla conquista dell'America Latina*. Venezia, Organza, 1894. MALDOTTI, Pietro, op. cit.

⁵⁴ ROSSOLI, G. - GROSSI, O. op. cit. p. 17.

⁵⁵ Id. *Ibidem*, p. 19.

⁵⁶ Id. *Ibidem*, p. 18.

⁵⁷ SPONCHIATO, Luiz. "Crônicas da Colonização Italiana." *Voz do Planalto*, n.º 1, Nova Palma.

⁵⁸ . . . E Cantavam. Coleção de cantos populares da região de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1972, p. 18.

⁵⁹ SPONCHIATO, Lutz. *op. cit.*

⁶⁰ CARVALHO, Manoel Maria de. *op. cit.* p. 10.

⁶¹ CALBACHINI, Pietro. "Relazione A.S.E. il Ministro degli Esteri." In *Studi Emigrazione*, *op. cit.* p. 332.

⁶² CARVALHO, M. Maria de. *op. cit.* p. 10.

⁶³ *Id. Ibidem*, p. 10.

⁶⁴ *Id. Ibidem*, p. 12.

⁶⁵ *Id. Ibidem*, p. 12.

⁶⁶ *Id. Ibidem*, p. 12.

⁶⁷ *Id. Ibidem*, p. 12.

⁶⁸ *Id. Ibidem*, p. 12.

⁶⁹ DE BRICHANTEAU, Edouard. "Porto Alegre 25 de março de 1892." *Emigrazione e Colonia. Rapporti di RR. Agenti diplomatici e Consolari pubblicati dal R. Ministero degli Affari Esteri.* Roma, Bertero, 1893, p. 113.

⁷⁰ *L'Italiano*. Porto Alegre, 17 de janeiro de 1892.

⁷¹ *Id. Ibidem*.

⁷² UGOLOTTI, Filipo. *Italia e Italiani in Brasile.* São Paulo, Riedel, 1897, p. 20.

⁷³ CARVALHO, M. Maria de. *op. cit.* p. 14.

⁷⁴ *Id. Ibidem*, p. 14.

⁷⁵ *Id. Ibidem*, p. 14.

⁷⁶ *Id. Ibidem*, p. 13.

⁷⁷ *Id. Ibidem*, p. 12.

⁷⁸ *Id. Ibidem*, p. 13.

⁷⁹ *Id. Ibidem*, p. 21.

⁸⁰ *Id. Ibidem*, p. 14.

⁸¹ *Id. Ibidem*, p. 14.

⁸² *Id. Ibidem*, p. 14.

⁸³ *Id. Ibidem*, p. 16.

⁸⁴ Cf. *Relatórios do Presidente da Província, 1870-1873.*

⁸⁵ BRUNO, Père. "Mission du Rio Grande do Sul." *Rosier de S. Francois.* Annecy, avril 1900, p. 44.

⁸⁶ CARVALHO, M. Maria de. *op. cit.* p. 18.

⁸⁷ BERNARDIN D'APREMONT. *La Mission de Pères Capucins de Savoie et les Colons Italiens au Rio Grande do Sul. Rapport envoyé au Rév. Père Pacífico de Seggiano - Ministre Général des Frères Mineurs Capucins.* Roma, 1914, p. 14 (manuscrito).

⁸⁸ Barca, G. *op. cit.* p. 50.

⁸⁹ ROBERT, Père. "Noces de diamant de la mission du Rio Grande do Sul." *Route d'Assise*, n.º 9, Annecy, février 1957.

⁹⁰ ROCHE, Jean. *op. cit.* p. 214.

⁹¹ SCALABRINI, G.B. "L'emigrazione italiana. . ." *op. cit.* p. 203.

⁹² MANZOTTI, F. *op. cit.* p. 23.

⁹³ Relatório do Presidente da Província, 1872, p. 15.

⁹⁴ Relatório do Presidente da Província, 1873; PELLANDA, Ernesto. *op. cit.* p. 38.

⁹⁵ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *Le Colonie Italiane nel Brasile Meridionale*. Torino, Fratelli Bocca, 1914, p. 94.

⁹⁶ ROCHE, Jean, *op. cit.* pp. 496 ss.

⁹⁷ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *op. cit.* p. 10.

⁹⁸ DURHAN, E. Ribeiro. *Assimilação e Mobilidade*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1966, p. 3.

⁹⁹ CECHI, Camillo. "L'identificazione etnica della seconda e terza generazione degli emigranti." *Studi Emigrazione*. Anno IV, n.º 9, giugno 1967, p. 216.

¹⁰⁰ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *op. cit.* p. 263.

¹⁰¹ FROSI, V. Maria - MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, Movimento, 1975. pp. 58-72.

¹⁰² Fundada em Caxias do Sul sob o título "La Libertà" e que circula ainda hoje sob o título: *Correio Riograndense*.

¹⁰³ BERNARDI, A. *Vita e Storia de Nanetto Pipetta, nascuo in Italia e vegnudo in America per catere la cucagna*. Caxias do Sul, ed. S. Miguel, 1937.

¹⁰⁴ UBALDI, Pietro. *op. cit.* p. 17.

¹⁰⁵ CARVALHO, M. Maria de. *op. cit.* p. 19.

¹⁰⁶ BRUNO, Père. *op. cit.* p. 269.

¹⁰⁷ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *op. cit.* p. 284.

¹⁰⁸ *Id. Ibidem*, p. 284.

¹⁰⁹ PELLANDA, Ernesto. *op. cit.* p. 60.

¹¹⁰ *Id. Ibidem*.

¹¹¹ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *op. cit.* p. 283.

¹¹² D'APREMONT, Bernardin. *op. cit.* p. 9.

¹¹³ *Id. Ibidem*, p. 11.

¹¹⁴ *Id. Ibidem*, p. 228.

¹¹⁵ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *op. cit.* p. 287.

¹¹⁶ *Id. Ibidem*, pp. 280 ss.

¹¹⁷ *Id. Ibidem*, p. 286.

¹¹⁸ D'APREMONT, Bernardin. *op. cit.* p. 113.

¹¹⁹ *Id. Ibidem*, pp. 113-114.

- ¹²⁰ Id. *Ibidem*, pp. 115-116.
- ¹²¹ ROCHE, Jean. *op. cit.* pp. 545-546.
- ¹²² D'APREMONT, Bernardin. *op. cit.* p. 260.
- ¹²³ BUSANELLO, Pio. *A História de Nossa Gente*. Santa Maria, ed. Pallotti, 1952, p. 60.
- ¹²⁴ D'APREMONT, Bernardin. *op. cit.* p. 261.
- ¹²⁵ JEMOLO A. Carlo. *L'Eglise et l'Etat en Italie. Du Risorgimento à nos jours*. Paris, Seuil, 1960; GANAPINI, Luigi. *Il Nazionalismo Cattolico*. Bari, Laterza, 1970. OMODEO, Adolfo. *L'Età del Risorgimento Italiano*. Messina, Principato, 1932.
- ¹²⁶ Enciclica "Quanta Cura" de 8 de dezembro de 1864 e seu anexo o "Syllabus".
- ¹²⁷ JEMOLO, A. Carlo. *op. cit.* p. 38.
- ¹²⁸ CHABOT, Frederico. *Storia della Política Estera Italiana dall 1870 al 1896*. Bari, 1965.
- ¹²⁹ JEMOLO, A. Carlo. *op. cit.* p. 37.
- ¹³⁰ CROCE, Benedetto. *Histoire de l'Italie contemporaine*. Paris, Payot, 1929, p. 41.
- ¹³¹ JEMOLO, A. Carlo. *op. cit.* p. 61.
- ¹³² Id. *Ibidem*, p. 63.
- ¹³³ Id. *Ibidem*, p. 64.
- ¹³⁴ GANAPINI, Luigi. *op. cit.* analisa com muita perspicácia a oposição entre o Estado liberal e a Igreja oficial, através da imprensa da época.
- ¹³⁵ D'APREMONT, Bernardin. *op. cit.* p. 157.
- ¹³⁶ PELLANDA, Ernesto. *op. cit.* p. 43. Elas tinham um caráter mais recreativo que cultural.
- ¹³⁷ D'APREMONT, Bernardin. *op. cit.* p. 113.
- ¹³⁸ ROCHE, Jean. *op. cit.* p. 500.
- ¹³⁹ PELLANDA, Ernesto. *op. cit.* p. 60.
- ¹⁴⁰ Id. *Ibidem*, p. 60.
- ¹⁴¹ *La Libertà*. Ano I, n.º 1, 13 de janeiro de 1909; 22 de maio de 1909.
- ¹⁴² Pode ser considerado: o jornal das colônias italianas do RS.
- ¹⁴³ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *op. cit.* p. 30.
- ¹⁴⁴ D'APREMONT, Bernardin. *op. cit.* p. 119.
- ¹⁴⁵ BAREA, G. *op. cit.* pp. 57-68; SPONCHIATO, Luiz. *op. cit.*
- ¹⁴⁶ SPONCHIATO, Luiz. *op. cit.*
- ¹⁴⁷ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *op. cit.* p. 265; SPONCHIATO, Luiz. *op. cit.*
- ¹⁴⁸ Id. *Ibidem*.
- ¹⁴⁹ Id. *Ibidem*.
- ¹⁵⁰ Id. *Ibidem*.
- ¹⁵¹ BAREA, G. *op. cit.* p. 59.
- ¹⁵² SPONCHIATO, Luiz. *op. cit.*
- ¹⁵³ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. *op. cit.* p. 264.

- ¹⁵⁴ CARVALHO, M. Mariu de. op. cit. p. 22.
- ¹⁵⁵ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. op. cit. p. 265.
- ¹⁵⁶ SPONCHIATO, Luiz. op. cit.
- ¹⁵⁷ Id. *Ibidem*; VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. op. cit. p. 265.
- ¹⁵⁸ ROBERT, Père. op. cit.
- ¹⁵⁹ BAREA, G. op. cit. p. 65.
- ¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*.
- ¹⁶¹ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. op. cit. pp. 265-266.
- ¹⁶² D'APREMONT, Bernardin. op. cit. p. 147.
- ¹⁶³ Id. *Ibidem*, p. 129.
- ¹⁶⁴ SPONCHIATO, Luiz. op. cit.
- ¹⁶⁵ Id. *Ibidem*.
- ¹⁶⁶ Id. *Ibidem*.
- ¹⁶⁷ D'APREMONT, Bernardin. op. cit. p. 129.
- ¹⁶⁸ VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri. op. cit. p. 266.
- ¹⁶⁹ BASTIDE, Roger. *Brésil, Terre des Contrastes*. Paris Hachette, 1957, p. 241.
- ¹⁷⁰ BASTIDE, Roger. *Les Religions Africaines au Brésil*. Paris, P.U.F., 1960, p. 25.
- ¹⁷¹ BASTIDE, Roger. *Brésil...* op. cit. p. 239.